

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
REITORIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Diego Nunes de Araujo

**“O NOSSO GENERAL É CRISTO”:
OS BATISTAS E A DITADURA CIVIL-MILITAR
(1964-1985)**

Niterói
2022

DIEGO NUNES DE ARAUJO

LINHA DE PESQUISA:

POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E MEMÓRIA

**“O NOSSO GENERAL É CRISTO”:
OS BATISTAS E A DITADURA CIVIL-MILITAR
(1964-1985)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, *campus* Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Diogo Pereira da Silva

Niterói

2022

DIEGO NUNES DE ARAUJO

**“O NOSSO GENERAL É CRISTO”: OS BATISTAS E A DITADURA CIVIL-
MILITAR (1964-1985).”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 20 de dezembro de 2022 pela banca examinadora, composta pelos professores:



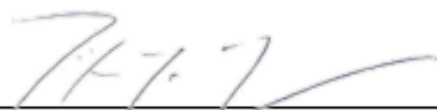
Prof. Dr. Diogo Pereira da Silva

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Prof. Dr. Fabio Py Murta de Almeida

Professor da Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF)



Prof. Dr. Jayme Lúcio Fernandes Ribeiro

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Resumo

Nesta dissertação, analisamos as relações entre as lideranças da Igreja Batista do Brasil e o poder político no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). A partir da análise do *corpus* documental, examinamos como ocorreu este envolvimento e quais foram os instrumentos sinalizadores empregados em dois momentos distintos: (1) quando a Convenção Batista Brasileira (CBB) se despiu de seus valores institucionais (1964-1978); e (2) quando as lideranças acabaram “vestindo a farda” e apoiaram abertamente o governo militar, no período do Presidente João Figueiredo (1979-1985).

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar (1964-1985), Igreja Batista, Convenção Batista Brasileira, História Política.

Abstract

In this dissertation, we aim to analyze the relations between the leaders of the Brazilian Baptist Church and political power in the context of the civil-military dictatorship (1964-1985). From the analysis of the documentary corpus, we examined how this involvement occurred and what were the signaling instruments employed at two distinct moments: (1) when the Brazilian Baptist Convention (CBB) undressed from its institutional values (1964-1978); and (2) when the leaders ended up “wearing the uniform” and openly supported the military government during President João Figueiredo (1979-1985).

Keywords: Civil-Military Dictatorship (1964-1985), Baptist Church, Brazilian Baptist Convention, Political History.

Lista de Siglas

CBB	Convenção Batista Brasileira
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CMI	Conselho Mundial de Igrejas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPAD	Casa Publicadora das Assembleias de Deus
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOI/CODI	Destacamento de Operação e Informação/Centro de Operação de Defesa Interna
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPB	Igreja Presbiteriana do Brasil
IPI	Igreja Presbiteriana Independente
ISAL	Igreja e Sociedade na América Latina
JUERP	Junta de Educação Religiosa e Publicações Batista
MDE	Movimento Diretriz Evangélica
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba

Sumário

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I – O COMPORTAMENTO PROTESTANTE DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR	10
1.1 – O silêncio das Assembleias de Deus diante do Golpe Civil-Militar	17
1.2 – A Igreja Presbiteriana Independente e o golpe de 1964	21
1.3 – Os metodistas face ao golpe	26
CAPÍTULO II – DOS GABINETES AOS PÚLPITOS: O APOIO ASCENDENTE DAS LIDERANÇAS BATISTAS À DITADURA	30
2.1 – <i>O Jornal Batista</i>: a democracia batista em questão	31
2.2 – Nilson do Amaral Fanini e Irland Pereira de Azevedo: uma liderança “fardada”.	42
CAPÍTULO III – DOS PÚLPITOS PARA O MUNDO: OS BATISTAS E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO	47
3.1 – A abertura política e os batistas	47
3.2 – “Anistia, greves do ABC e diretas já” pelas páginas de OJB.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	56

Introdução

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as relações entre as lideranças da Igreja Batista, ligadas à Convenção Batista Brasileira (CBB), e o poder político estabelecido durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985).¹ Para tanto, a partir da análise documental, procuramos examinar como esse envolvimento ocorreu e quais foram os instrumentos sinalizadores utilizados neste processo.

Nesta apreciação, evidenciou-se que no período entre 1979 e 1985, a liderança da CBB saiu de um “apoio velado” para uma vinculação declarada ao Governo Militar,² desocultando assim o seu compromisso com a Ditadura Civil-Militar. Neste particular, “os generais buscaram apoio para uma sobrevida política no campo religioso”,³ encontrando-o em lideranças evangélicas, com especial aprovação entre os batistas.

Salientamos que a intenção desta pesquisa não é apresentar um discurso unificador e essencializado frente às relações entre os “batistas” e o governo, inclusive porque não é possível desenvolver uma abordagem que capture de forma singular o sentido de “batistas”, posto que se trata de um grupo social extremamente plural. Nos limites deste estudo, priorizamos a análise dos líderes batistas – da chamada “Igreja em marcha” – que vestiram, de modo uniforme, o fardamento de apoio ao regime vigente. Assim sendo, dada à nossa circunscrição, o foco de análise volta-se para os relatos e para as versões tidas como oficiais, a partir da documentação procedente da Convenção Batista Brasileira – incluindo as publicações, atas de reuniões, e reportagens de seu hebdomadário oficial, *O Jornal Batista* (OJB).

¹ O conceito ditadura civil-militar adotado nesta pesquisa, parte da interpretação de que os governos militares que estiveram no poder por 21 anos no Brasil, para além da repressão política e da violência, tiveram como base o apoio de grupos civis para a sua manutenção. Cf.: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

² DUSILEK, Sergio; SILVA, Clemir; CASTRO, Alexandre. A igreja de farda: batistas e a ditadura civil-militar. *Estudos Teológicos*. São Leopoldo, v. 57, n.º 1, jan./jun. 2017. p. 193.

³ DUSILEK; SILVA; CASTRO. A igreja de farda, p. 193.

Neste sentido, *O Jornal Batista*⁴ e os *Anais da Convenção Batista Brasileira*⁵ são tomados como documentações primárias, a partir das quais problematizamos a nossa pesquisa, uma vez que a fonte histórica, segundo José D'Assunção Barros:

(...) é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador analisa uma sociedade humana no tempo. Uma fonte pode preencher uma das duas funções acima explicitadas: ou ela é meio de acesso àqueles fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e interpretar (fonte histórica = fonte de informações sobre o passado), ou ela mesma é o próprio fato histórico. Vale dizer, neste último caso, considera-se que o texto que se está tomando naquele momento como fonte é já aquilo que deve ser analisado, enquanto discurso de época a ser decifrado, a ser compreendido, a ser questionado. É nesse sentido que diremos que a fonte pode ser vista como “testemunho” de uma época e como “discurso” produzido em uma época.⁶

A escolha desse *corpus* documental se justifica, posto que tais materiais podem ser identificados e considerados como fontes relevantes para a compreensão do discurso e pensamento das lideranças da Igreja Batista, uma vez que a imprensa, conforme salienta a Tania Regina de Luca, constitui um relevante objeto e fonte de pesquisa. Todavia, trabalhar com esse tipo de documentação nos impele ao debate acerca das possibilidades de haver “objetividade e neutralidade” nos mesmos, assim como condições de discernir “notícia e interpretação”.

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista seminal ou na manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas (...) Em síntese, os assuntos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que o cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista desejam atingir.⁷

Dito isso, propõe-se uma análise dos relatórios e livros de atas, procurando verificar como se deu o envolvimento das lideranças batistas da CBB com o Governo Civil-Militar. Tal

⁴ *O Jornal Batista* (OJB) foi fundado pelo missionário Willian Edwin Entzminger em janeiro de 1901, na cidade do Rio de Janeiro, como resultado da fusão de dois jornais batistas regionais: “A Nova Vida” (ex “O Echo da Verdade”) criado por Zacarias Clay Taylor na cidade de Salvador no ano de 1886 e “As Boas Novas” fundado em 1884 por Salomão Luiz Guinsburg na cidade de Campos, no Rio de Janeiro. Em 1909, com a organização da Convenção Batista Brasileira (CBB), o OJB tornou-se o seu órgão oficial.

⁵ Os *Anais da Convenção Batista Brasileira* (CBB) são as atas de reuniões de planejamento, do conselho geral e das suas assembleias anuais.

⁶ BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 2, 4.

⁷ LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 140.

acesso permitiu trazer novas luzes a esse envolvimento, cujo foco, nesta pesquisa, residiu na atuação da liderança batista da CBB no apoio à ditadura. Além disso, foram analisadas as edições de *O Jornal Batista* entre os anos de 1964 e 1985, cuja livre consulta está disponível pela internet no Portal dos Batistas da CBB.⁸

No *Capítulo I - O comportamento protestante durante a ditadura civil-militar*, realizamos uma avaliação dos comportamentos de três dos grupos protestantes de maior expressão durante a Ditadura Civil-Militar: a Assembleia de Deus, a Igreja Presbiteriana Independente e a Igreja Metodista.

Nossa análise inicia-se com a maior denominação evangélica pentecostal do Brasil⁹, a *Assembleia de Deus*, a partir do seu periódico *Mensageiro da Paz*, definido como documentação principal devido à sua importância para os seus líderes e demais fiéis assembleianos. O foco, aqui, foi examinar o silêncio da denominação diante do golpe civil-militar. Em seguida, consideramos a Igreja Presbiteriana Independente, a partir dos artigos e do posicionamento denominacional a respeito do golpe de 1964 evidenciado no jornal *O Estandarte*¹⁰.

E, por fim, tratamos o discurso da Igreja Metodista, para a qual com base no estudo do seu jornal, *Expositor Cristão*, verificamos os seus posicionamentos díspares diante da instauração da Ditadura Civil-Militar, no quadro das disputas entre setores conservadores e progressistas no interior da denominação.

No *Capítulo II – Dos gabinetes aos púlpitos: o apoio ascendente da liderança batista à ditadura*, analisamos como se estabeleceu o apoio das lideranças batista à Ditadura Civil-Militar. Se inicialmente, este apoio se apresentou de modo velado, aprofundou-se no decorrer dos anos, chegando a uma explicitação direta no governo do Presidente João Figueiredo (1979-1985).

O caminho desta pesquisa começou pelas páginas do seu órgão oficial de comunicação, *O Jornal Batista*, elucidando como a democracia batista fora relativizada, ainda que representasse um princípio caro à denominação. Após isso, foram considerados os

⁸ A livre consulta pode ser realizada através do portal dos batistas: <http://www.convencobatista.org.br>

⁹ A Igreja Assembleia de Deus representa a maior denominação evangélica pentecostal do Brasil. Cf.: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 12. nov. 2020.

¹⁰ O jornal *O Estandarte* é o órgão oficial de comunicação da Igreja Presbiteriana Independente, fundado em 1893 por Eduardo Carlos Pereira.

comportamentos de duas das principais lideranças batistas do período: Nilson do Amaral Fanini (1932-2009) e Irland Pereira de Azevedo (1934-), os quais “vestiram a farda”, em uma relação gradativamente mais estreita com o governo dos militares, evidente em pronunciamentos e em orações realizadas em eventos institucionais.

No *Capítulo III – Dos púlpitos para mundo: os batistas e o processo de redemocratização*, conferimos destaque ao período da redemocratização do Brasil. Primeiramente, consideramos o comportamento dos batistas no período inicial de abertura política, em seguida, é analisado, a partir d’*O Jornal Batista*, o comportamento da denominação diante da “anistia, das greves do ABC e das Diretas Já”.

Em suma, vale destacar que não se pretende abarcar com esta pesquisa o comportamento de todos aqueles que se consideram batistas, mas, daqueles que representavam a denominação batista, a saber, os batistas da CBB. Nosso intuito é problematizar a relação da liderança da denominação com o governo militar durante a Ditadura. É bem verdade que muitos batistas não se aliaram a proposta dos militares, resistindo assim a este governo. Entretanto, o envolvimento da liderança batista com os militares, arrebanharam diversos crentes batistas das mais diversas regiões do Brasil.

Capítulo I – O comportamento protestante durante a Ditadura Civil-Militar

Inicialmente, quero ressaltar o que significa ser protestante, entretanto, para refletirmos sobre o movimento protestante, cabe começarmos pela origem do protestantismo, bem como fazermos uma análise de sua diversidade. Alec Ryrie, historiador inglês, resalta que “a história do protestantismo é a história da descoberta do enamoramento do cristão ocidental com Deus”. Esse dito enamoramento gera “diversas revoltas de setores subalternos e com pouca educação formal contra as elites profissionais que controlam as instituições religiosas”. A Reforma Protestante, portanto, nasce literalmente como um protesto contra toda tentativa de controle da vida religiosa pelas mãos das elites daquele tempo.¹¹

O espírito protestante se notabiliza no ano de 1517, quando Martin Lutero fixa as 95 Teses na Capela de Wittenberg, declarando publicamente seu protesto contra a Igreja Católica. Este ato “trouxe uma renovação das formas religiosas alternativas à univocidade romana. Contudo, não se pode negar que a Reforma fora fruto direto do catolicismo”. Cabe ressaltar também que “surgiram novas cisões” após essa Reforma, “que visavam constantemente renovar a estrutura religiosa”.¹²

Com essas cisões, podemos depreender que nunca houve uma face hegemônica do protestantismo, pelo contrário, novos grupos religiosos foram surgindo com o intuito de continuar reformando essa igreja. Após o luteranismo provocar a dita Reforma e instituir a Igreja Luterana, surgiram as Igrejas Anglicana, Presbiteriana, Batista, Metodista, Congregacional, que podemos identificar como protestantismo clássico, estabelecidas entre os séculos XVI e XIX.

No Brasil, esse chamado protestantismo clássico se estabelece a partir do século XIX, todavia, surge no início do século XX, o pentecostalismo, movimento forte, propagado *a priori* pela Assembleia de Deus e Congregação Crista do Brasil. “Ambas cresceram e se espalharam,

¹¹ SPYER, Juliano. *Povo de Deus: Quem são os evangélicos e por que eles importam*. São Paulo: Geração Editorial, 2020. p. 45.

¹² ALMEIDA, Fábio Py Murta. *Lauro Bretones: um protestante heterodoxo no Brasil de 1948 a 1956*. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016, p. 24.

principalmente nos bairros periféricos das cidades, e são hoje forças importantes entras as organizações evangélicas que atuam no país”¹³.

Aterrissando no contexto histórico que é o cenário desta pesquisa, segundo Elizete da Silva, “os protestantes produziram discursos e representações peculiares e instigantes sobre os governos militares, os quais estavam pautados por doutrinas internas ao seu ideário religioso”, todavia, “guardavam estreitas vinculações com as práticas políticas da sociedade circundante”¹⁴. Neste sentido, os conceitos de campo religioso e capital simbólico, desenvolvidos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, podem nos auxiliar a esclarecer essa relação em tela:

As estruturas das relações entre o campo religioso e o campo do poder comanda, em cada conjuntura, a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui para a manutenção da ordem política.¹⁵

A consideração do campo religioso, e da ação de associações religiosas, como um objeto para a História Política foi desenvolvido por Aline Coutrot, em seu artigo *Religião e política*, para a qual:

As ligações íntimas entre religião e política durante muito tempo foram desprezadas pela história do político, que se interessava sobretudo pelas relações entre as Igrejas e o Estado e pelos períodos de crise (...). Hoje, as forças religiosas são levadas em consideração como fator de explicação política em numerosos domínios. Elas fazem parte do tecido do político, relativizando a intransigência das explicações baseadas nos fatores socioeconômicos.¹⁶

A década de 1960, é reconhecida como um período composto por um “redemoinho de imagens”, inclusive, podemos compreendê-la a partir de “duas fases: a primeira antecedeu o regime militar autoritário e corresponde aos quatro primeiros anos. A segunda teve a sua marca

¹³ SPYER. *Povo de Deus*, p. 56.

¹⁴ SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). *Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 32.

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 69.

¹⁶ COUTROT, Aline. Religião e política. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 331.

inicial em 1964 e corresponde a implantação desse regime”, mas não somente isso, uma vez que esta década:

(...) no seu conjunto foi um período complexo, caracterizado pelo cultivo de diferentes utopias, como também pela frustração de projetos que animaram inúmeros segmentos da sociedade civil (...). Foram anos de efervescência e mobilização popular. Paradoxalmente, foi também um tempo de autoritarismo e desrespeito aos direitos humanos.¹⁷

Para compreender inicialmente o comportamento protestante no contexto da Ditadura Civil-Militar, faz-se necessário elucidar o cenário político mundial da época. Danielle Silva de Souza salienta que nos anos anteriores à instalação do regime militar, “o cenário político mundial mostrava um tabuleiro com peças bastante definidas: de um lado, as peças do capitalismo e do outro, as do socialismo”. Aqui no Brasil, essa polarização se manifesta como “o medo da onda vermelha do comunismo que levou boa parte da sociedade a se alinhar ao discurso dos militares de salvação do país”.¹⁸

Neste contexto, segundo Alexandre Reily, os protestantes nas suas mais diversas representações apoiaram o Golpe Civil-Militar, pois àquela altura, o medo do comunismo estava difundido nos mais diversos grupos da sociedade brasileira.

(...) um alto grau de aceitação da intervenção militar pelos protestantes, a princípio pelo medo que João Goulart estivesse conduzindo o país para um caos socialista e possivelmente à guerra civil. Nesse caso o novo regime representou a salvação política da pátria. Medo da esquerda e simpatia pela direita parece refletir fielmente a mentalidade protestante majoritária.¹⁹

Em se tratando do comportamento dos protestantes, Zwinglio Mota Dias destaca que as igrejas protestantes defendiam a Ditadura como uma espécie de intervenção divina na história, não esquecendo seu caráter salvacionista para livrar o país das garras do comunismo e do

¹⁷ DELGADO, Lucélia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucélia de Almeida Neves (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 95.

¹⁸ SILVA, Danielle de Souza. *As igrejas evangélicas e a ditadura civil-militar no Brasil: a construção das memórias protestantes na Comissão Nacional da Verdade*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2017. p. 17.

¹⁹ REILLY, Alexandre Durkan. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1985, p. 235.

terrorismo.²⁰ O que fica nítido é que não houve imparcialidade entre os protestantes, houve sim posicionamentos nítidos, inclusive, contrários ao governo de João Goulart (1961-1964), fazendo com que ficasse clara a opção política dos mesmos.

Dito isso, podemos compreender que tal comportamento explica-se a partir da relação com a cultura política que abarca o movimento protestante, que, nas palavras de Serge Bernstein, trata-se “de uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”. Berstein afirma ainda que a partir desse conceito, duas questões se tornam fundamentais para compreendermos as bases que sustentam a cultura política de um determinado grupo:

(...) por um lado, a importância do papel das representações na definição de uma cultura política, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições; e, por outro lado, o carácter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país.²¹

Elizete da Silva descreve a respeito do cenário protestante nestes anos anteriores ao golpe:

(...) no início do século XX, o cenário religioso protestante no Brasil começou a ganhar uma nova expressão. As igrejas passavam por períodos de intensas transformações doutrinárias. Novas questões foram levantadas entre os protestantes das igrejas recém-formadas e o contexto social e político brasileiro do período precedente ao golpe de 1964 incidia diretamente nos debates que acaloravam, principalmente, a juventude evangélica.²²

Surgem, neste momento, dois grupos antagônicos que se destacaram e foram extremamente importantes no âmbito político-religioso, para mapear o cenário brasileiro que explodiu em disputas dentro das igrejas protestantes durante a década de 1960:

(...) o primeiro grupo minoritário representava um protestantismo progressista que articulava uma ética política e social desde os anos de 1910. Os protestantes progressistas tinham uma grande preocupação em estabelecer diálogo entre todas as igrejas cristãs, cooperação mútua e, concomitantemente, questionavam o papel político e social do protestantismo no Brasil. Esse

²⁰ DIAS, Zwinglio Mota (Org.) *Memórias ecumênicas protestantes – Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência*. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014.

²¹ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre. (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 350.

²² SILVA. *As igrejas evangélicas e a ditadura civil-militar no Brasil*, p. 17.

protestantismo progressista é bastante identificado sob a forma do movimento ecumênico. O segundo grupo, majoritário, representava um protestantismo conservador, focado numa ética individualista, que era uma forte característica das igrejas protestantes norte-americanas. Formavam um protestantismo de ética moralista e puritana que refletia, principalmente, na classe média brasileira da época.²³

Os citados evangélicos majoritários – conservadores e moralistas – endossaram o Governo Civil-Militar, dando voz ao discurso de “Revolução” e “salvar o país” do comunismo. A teologia desses grupos “estava embasada nos fortes princípios do conservadorismo e do fundamentalismo que dominavam as lideranças de grande parte das Igrejas Protestantes do Brasil na época”.²⁴ Sendo assim, “nos organismos internos das Igrejas Protestantes, um espírito anticomunista via a luta contra o comunismo ateu e inimigo da propriedade como um combate também de cunho religioso”.²⁵

Um exemplo de grande expressão do movimento conservador cristão se deu em 19 de março de 1964, nas vésperas do golpe, quando foi realizada a famosa “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, liderada pelo deputado Antônio Silvio da Cunha Bueno e pela neta de Rui Barbosa, a freira Ana de Lourdes (Lucília Batista Pereira). O evento, que reuniu em torno de 500 mil pessoas, começou com a concentração na Praça da República e terminou na Praça da Sé, em São Paulo.

De acordo com Daniel Schimidt,²⁶ esta marcha antes de ter um nome mais chamativo ao “ecumenismo”, recebeu o nome de “Marcha de Desagravo ao Santo Rosário”, que era uma espécie de resposta à suposta ofensa feita ao catolicismo por João Goulart. Com a mudança do nome, o evento ganhou adeptos de não católicos, incluindo a “comunidade judaica, membros das igrejas pentecostais e do Protestantismo de Missão”.²⁷ Aconteceu outra marcha no dia 2 de abril de 1964, sendo desta vez, no Rio de Janeiro, com a presença de centenas de pessoas. A grande verdade é que tais marchas aconteceram em diversas regiões do país, por iniciativa dos

²³ SILVA. *As igrejas evangélicas e a ditadura civil-militar no Brasil*, p.18.

²⁴ SILVA. *As igrejas evangélicas e a ditadura civil-militar no Brasil*, p.18.

²⁵ SILVA. *As igrejas evangélicas e a ditadura civil-militar no Brasil*, p.18.

²⁶ SCHIMIDT, Daniel Augusto. *Entre púlpitos e porões: Metodistas e Presbiterianos no período da ditadura militar*. São Paulo: Reflexão, 2016, p. 127.

²⁷ SILVA. *As igrejas evangélicas e a ditadura civil-militar no Brasil*, p.19.

católicos, mas com apoio irrestrito dos evangélicos, mesmo que estes fossem “visceralmente anti-católicos”.²⁸

Neste contexto, cabe destacar que o pastor batista Enéas Tognini (1914-2015), antes ainda da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, convocou um dia de jejum e oração para “Deus livrar o Brasil do comunismo”. Reiterava também que “Deus, além de brasileiro, se tornou um anticomunista simpático ao movimento militar golpista” (...) “Não me arrependo (...) Eles fizeram um bom trabalho, salvaram a Pátria do comunismo”.²⁹

O pastor Tognini – numa entrevista para Leandro Seawright, em 17 de março de 2008 – registrou o que permeava o ideário do religioso com essa campanha de jejum, oração e humilhação:

Creio que o ponto mais alto do trabalho, que Deus me mandou fazer, contudo, foi no dia 15 de novembro de 1963, quando aconteceu o dia de jejum, oração e humilhação. Os comunistas já estavam agindo, pois aprenderam em Paris, o plano dos chineses para influenciar o Brasil. Já estava tudo pronto! Os grupos de extermínio já estavam prontos aqui no Brasil, mas o povo estava dormindo! (...). No dia 15 de novembro nós mudamos o coração do povo brasileiro. Nós oramos bastante e o temor de Deus caiu sobre todos. (...). Tudo isso foi feito para a glória e a honra do Senhor Jesus Cristo!³⁰

A campanha de oração logrou êxito, basta compreendermos a recepção do Golpe de 1964 entre os religiosos:

A resposta da sua oração veio no dia 31 de março de 1964. Assim, o golpe foi visto e recebido, por grande parcela da sociedade, como espécie de redenção, “revolução de 1964” ou mesmo “revolução gloriosa” fazendo alusão à Revolução Gloriosa de 1688 na Inglaterra, que “depôs uma dinastia sem derramamento de sangue”. Para os religiosos, o sucesso do golpe representava uma “providência divina” sendo notícia em jornais e periódicos de várias denominações cristãs, como por exemplo, no jornal “Brasil Presbiteriano” e no “O Jornal Batista”. O próprio regime proclamou a ideia de uma “Revolução”, mas foi “ao jazigo aceitando a classificação de ‘autoritário’, quando, para

²⁸ Memória Protestante na ditadura. Documentário. KOINONIA: Presença Ecumênica e Serviço e Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ycWCn7qAOo4>. Acesso em: 12. nov. 2020.

²⁹ CARDOSO, Rodrigo. Os evangélicos e a ditadura militar. 2011. *Revista Isto É*. Disponível em: http://istoe.com.br/141566_OS+EVANGELICOS+E+A+DITADURA+MILITAR/. Acesso em: 21 out. 2020.

³⁰ SEAWRIGHT, Leandro Alonso. *Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar Brasileiro*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 129-130.

conhecê-lo, não se dispõe, há mais de dois mil anos, de palavra melhor que ditadura”.³¹

Dito isso, depreende-se que a construção da ideia, entre as principais denominações protestantes, de que a Ditadura Civil-Militar foi uma forma de intervenção divina para salvar o país do comunismo. A partir daqui, discutiremos como os assembleianos, os presbiterianos e os metodistas reagiram, respectivamente, ao golpe civil-militar a partir de seus periódicos oficiais.

³¹ SILVA. *As igrejas evangélicas e a ditadura civil-militar no Brasil*, p. 20.

1.1 – O silêncio das Assembleias de Deus diante do Golpe Civil-Militar

A Assembleia de Deus foi fundada no ano de 1911 pelos missionários suecos Gunnar Vingren (1879-1933) e Daniel Berg (1884-1963), na cidade de Belém, no Estado do Pará.³² Os fiéis assembleianos, no princípio, sofreram críticas diversas, sobretudo, da Igreja Católica e Igrejas Protestantes Históricas devido a ênfase dada pelo movimento ao chamado “batismo no Espírito Santo”, conferindo assim, dentre outras coisas, um caráter mais efusivo em seus cultos e reuniões.

Em 1930, a Convenção Geral das Assembleias de Deus,³³ reunindo diversos obreiros e pastores, decidiu lançar um jornal que pudesse expressar não apenas a vida da organização religiosa, mas também suas posições acerca de assuntos variados, de interesse da sociedade e de seus fiéis. O denominado *Mensageiro da Paz*, passou a ser, portanto, o órgão oficial de comunicação das Assembleias de Deus no Brasil, tendo como seus primeiros diretores, os pastores Gunnar Vingren e Samuel Nystrom (1891-1960).³⁴

O silêncio enunciado é notado quando, após a destituição de João Goulart, o jornal *Mensageiro da Paz* não mencionou o acontecimento. Não há uma linha sequer. Adroaldo Almeida reforça, assim, o silêncio do jornal:

(...) Nada foi dito. Nenhum comentário sobre as manifestações contrárias ou a favor de João Goulart. A posição oficial dos pastores das Assembleias de Deus diante daquele quadro de convulsão política foi de completo silêncio. As ausências de matérias que noticiassem o clima de instabilidade no país ou que, pelo menos, informassem que o Brasil tinha um novo governante, foram uma escolha deliberada e consciente por parte da diretoria do jornal e que contou com a chancela dos pastores das Assembleias de Deus.³⁵

Não foram poucas as matérias, através de diversos jornais, sobre o golpe sofrido por João Goulart, até mesmo porque se tratava do presidente do maior país da América Latina. Independentemente da orientação ideológica dos jornais, o assunto interessou tanto a direita

³² CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.

³³ A referida reunião denominada Assembleia Geral, composta de pastores e obreiros, reúne-se anualmente para decidir assuntos administrativos da instituição CGADB (Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil).

³⁴ Gunnar Vingren e Samuel Nystrom frequentavam a Igreja Batista nos EUA antes de chegarem ao Brasil, seus pensamentos e ideais. Cf. CONDE. *História das Assembleias de Deus no Brasil*.

³⁵ ALMEIDA, Adroaldo José Silva. “*Pelo Senhor, marchamos*”: os evangélicos e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. p. 106.

quanto a esquerda – a exemplo dos periódicos *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* – que se comprometeram em informar seus leitores sobre o ocorrido, conforme analisaram Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes.³⁶

Em contrapartida, os periódicos *O Estandarte* e *O Jornal Batista* escreveram sobre o golpe. O primeiro com duas matérias, edições especiais de 15 e 30 de abril de 1964, cujos títulos foram: “O país tem novo presidente” e “Caiu o Jango”. Já o semanário batista, em sua edição do dia 12 de abril daquele ano, escreveu sobre o “afastamento” do presidente Goulart com a matéria “Responsabilidade dos crentes nesta hora”, assinada por José dos Reis Pereira.³⁷

O que podemos constatar é que tanto os jornais seculares, supracitados, como os jornais confessionais, noticiaram sobre a deposição do presidente do país. Não escrever sobre nada sobre o assunto revela uma decisão planejada pelos editores do *Mensageiro da Paz*. Ainda que seja um jornal conservador e que se propunha a escrever sobre temas religiosos, o jornal já havia se pronunciado sobre questão políticas.

Em março de 1964, por exemplo, o periódico trouxe uma matéria sobre o interior do Maranhão, de Vargem Grande, assinada pelo Sr. Antônio de Souza Santos, que relatou sobre a atuação do prefeito daquela cidade interiorana, transformando-a em um lugar de “calma e boa ordem”.³⁸ Outro exemplo, são as diversas matérias acerca das visitas realizadas por políticos, parlamentares e chefes do executivo nos eventos das Assembleias de Deus.³⁹ Não foram poucas, portanto, as reportagens de cunho político, o que nos permite reforçar que o silêncio acerca do golpe de 1964 era intencional, e, porque não dizer, estratégico.

Ao considerarmos o silêncio do periódico a respeito do golpe – a partir da proposta metodológica e conceitual de Eni Orlandi sobre o dito e o não dito –, verificamos que há uma intencionalidade dos editores do jornal em não se pronunciar sobre a deposição do então presidente João Goulart. O não dito nunca será uma atitude neutra em relação à realidade, pois

³⁶ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

³⁷ ALMEIDA, “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 107.

³⁸ SANTOS, Antonio de Souza. Vargem Grande - MA. *Mensageiro da Paz*, Ano 34, n.º 5, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de Março de 1964, p. 5.

³⁹ ALMEIDA, “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 108.

“há noções que encampam o não-dizer: a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário”.⁴⁰

Ao examinarmos os artigos do *Mensageiro da Paz*, podemos constatar aquilo que Orlandi salienta ao afirmar que a ideologia é uma forma de compreender o não dito. Em setembro do mesmo ano, o periódico publicou a matéria “O cristão e as falsas ideologias”, assinada pelo Sr. Athayde Magalhães.⁴¹ Neste texto, publicado cinco meses após o golpe, tratou-se sobre o mal que o comunismo representava para a juventude, bem como sobre as suas “ações deletérias”, relacionando o pensamento de Karl Marx com o comunismo instaurado na Rússia com a Revolução de 1917. Por certo, ao se posicionar sobre o comunismo, mas não sobre o golpe militar, podemos depreender que este não dito se alicerçou no posicionamento ideológico de seus editores.

Há uma indústria gráfica estruturada que corresponde a uma ideologia bem delineada que financia o periódico, e isso faz direta relação com a própria história da imprensa no Brasil. Tal discussão fora elucidada por Nelson Werneck Sodré, que associa a efusão da imprensa com o desenvolvimento do capitalismo.

Por muitas razões, fáceis de referir e de demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diversos interesses e aspirações (...) Mas há, ainda, um traço ostensivo, que comprova a estreita ligação entre o desenvolvimento da imprensa e o desenvolvimento da sociedade capitalista, aquele acompanhando a este numa relação dialética e não simplesmente mecânica. A relação dialética é facilmente perceptível pela constatação da influência que a difusão imprensa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos.⁴²

A influência exercida pelos impressos se dá porque todo periódico ao corroborar com os ideais de seus financiadores, torna-se um agente político, e não neutro em si. Héctor Borrat elucidava sobre isso nos seguintes termos:

⁴⁰ ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 13 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020, p. 81.

⁴¹ MAGALHÃES, Athayde. O cristão e as falsas ideologias. *Mensageiro da Paz*, Ano 34, n.º 18, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de Setembro de 1964, p. 2.

⁴² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 1.

Si por actor político se entiende todo actor colectivo o individual capaz de afectar el proceso de toma de decisiones en el sistema político, el periódico independiente de información general ha de ser considerado como un verdadero actor político. Su ámbito de actuación es el de la influencia, no el de la conquista del poder institucional o la permanencia en él. El periódico pone en acción su capacidad para afectar el comportamiento de ciertos actores en un sentido favorable a sus propios intereses: influye sobre el gobierno, pero también sobre los partidos políticos, los grupos de interés, los movimientos sociales, los componentes de su audiencia. Y al mismo tiempo que ejerce su influencia, es objeto de la influencia de los otros, que alcanza una carga de coerción decisiva cuando esos otros son los titulares del poder político.⁴³

Neste sentido, se pode inferir que os editores do jornal se esquivaram do envolvimento com as questões da política nacional, e se concentraram em temas relacionados ao combate da ideologia comunista, que foi associada à negação da existência de Deus, sendo assim uma ameaça aos fundamentos da religião cristã.

Essa postura da Assembleia de Deus de não se envolver em questões políticas de modo mais explícito foi mudando com o passar dos anos. A partir de 1968, surgem matérias no próprio *Mensageiro da Paz* criticando essa condição e incentivando a participação dos fiéis em assuntos referentes a política do país.

O silêncio em relação ao golpe e as ausências de notícias informando a vida do Brasil contribuíram para que durante anos os assembleianos interpretassem o mundo e a si mesmos, desvinculados da história. Nas matérias veiculadas no *Mensageiro da Paz*, entre 1964 e 1967, o que se destacou foi a “intervenção divina” num país que, a despeito das torturas, assassinatos, perseguições e cassações, que ocorriam de norte a sul, via a “expansão do Reino de Deus” por meio dos batismos, conversões, testemunhos e inaugurações de templos assembleianos. Mas, ao final da década de 1960, as Assembleias de Deus deixaram mais clara e contundente sua posição política.⁴⁴

O ano de 1968 fora reconhecido também como um ano marcante, repleto de manifestações, movimentos armados e violência.

No âmbito das manifestações, a enorme concentração no velório do estudante secundarista Edson Luís Souto – morto pela Polícia Militar do estado da Guabará – e a passeata dos 100 mil tornar-se-iam símbolos dos grandes protestos estudantis (...) No que diz respeito aos movimentos armados, este foi o ano que viu surgir a ALN (Aliança Nacional Libertadora), coordenada por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, intensificando as ações de

⁴³ BORRAT, Hector. El periódico, actor político. *Analisis 12*, Barcelona, 1989, p. 67.

⁴⁴ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 110.

“expropriação”, como, por exemplo, a do trem parador da estrada de ferro Santos-Jundiá (...) E entre tantos fatos importantes, o Ato Institucional nº. 5, publicado em 13 de dezembro de 1968, foi o último ato de um ano que não terminou. O AI-5 deu plenos poderes ao governo militar para cassar parlamentares, demitir funcionários públicos, inclusive juízes, suspender direitos dos cidadãos, inclusive, o *habeas corpus*, fechar por tempo indeterminado o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas Estaduais, enfim, nas palavras de Marcelo Ridenti: “o AI-5 oficializava o terrorismo de Estado, que passaria a deixar de lado quaisquer pruridos liberais, até meados dos anos 1970”.⁴⁵

Em suma, o silêncio assembleiano diante do golpe, compreende-se pela satisfação com o sucesso da ação autoritária dos militares, “sendo aplaudido e efusivamente celebrado pelos conservadores. Para eles o golpe não era golpe, mas a revolução das nossas gloriosas forças armadas”.⁴⁶

1.2 – A Igreja Presbiteriana Independente e o golpe de 1964

O presbiterianismo nasceu na Europa, no contexto da Reforma Protestante do século XVI, com formação teológica calvinista. Na Grã-Bretanha, surgiram as primeiras igrejas com estrutura administrativa presbiteriana, que são governadas por presbíteros, ou seja, membros que não tinham formação teológica, mas que eram aptos para auxiliarem os pastores (reverendos) na liderança da igreja local devido a uma sólida experiência cristã.

Os missionários presbiterianos norte-americanos Ashbel Green Simonton (1833-1867), Alexander Latimer Blackford (1829-1890), e John Rockwel Smith (1846-1918), foram os responsáveis pelo início do trabalho presbiteriano no Brasil, sendo sempre lembrados pela denominação com louvor, no entanto, houve uma cisão interna na denominação a respeito desta liderança estrangeira, bem como sobre a adesão de presbiterianos à maçonaria. Portanto, no Sínodo Nacional,⁴⁷ reunido em 1903, deu-se origem, em São Paulo, a Igreja Presbiteriana Independente (IPI), tendo como seu líder o reverendo Eduardo Carlos Pereira (1855-1923).

⁴⁵ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 111.

⁴⁶ DIAS. *Memórias Protestantes Ecumênicas*, p. 26.

⁴⁷ O Sínodo Nacional é o nome dado a uma federação maior que reúne alguns presbitérios locais. Acima do Sínodo, somente o Supremo Concílio, reunião que acontece a cada quatro anos a nível nacional. CF.: SILVA, Elizete da; SANTOS, Lyndon de Araújo; ALMEIDA, Vasni de (Orgs.). “*Fiel é a Palavra*”: leituras históricas dos evangélicos protestantes no Brasil. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

Almeida salienta que após essa cisão:

(...) passaram a coexistir no Brasil duas denominações presbiterianas: a Igreja Presbiteriana Independente (IPI) – composta pelo grupo nacionalista, anti-maçom, liderada por Eduardo Carlos Pereira – e a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), ligada ao Sínodo Nacional. Eduardo Carlos Pereira, fundador do jornal *O Estandarte*, em 1893, tornou este periódico o órgão oficial da IPI, enquanto que o jornal “O Puritano” tornou-se o impresso oficial da IPB, posteriormente substituído pelo “Brasil Presbiteriano”^{48, 49}.

O cenário presbiteriano no Brasil era complexo, razão pela qual nossa pesquisa se detém apenas aos presbiterianos independentes, analisando o seu periódico, *O Estandarte*. Ressalta-se, *a priori*, a transitoriedade da linha editorial do mesmo. Em um determinado momento, fomenta-se o debate; noutra, limita-se a discussão, priorizando falas conservadoras. O que se percebe, portanto, é que:

(...) discutindo ou silenciando, a postura de *O Estandarte* nunca foi monolítica e, embora tenha sido a voz oficial da Igreja Presbiteriana Independente, opiniões contrárias às lideranças religiosas também transitaram por algumas colunas do periódico.⁵⁰

O ambiente tenso e complexo de março de 1964 exigiu que João Goulart não fosse confundido com um comunista. Ele próprio já havia alertado no comício da Central do Brasil sobre a indústria do anticomunismo e, no Automóvel Clube, tentou convencer todo o país de que não era comunista, mas um nacionalista. Aliás, o discurso de Goulart proferido no Automóvel Clube, no Estado da Guanabara, em 30 de março de 1964, alertou os brasileiros sobre a manipulação que alguns políticos faziam dos sentimentos religiosos do povo, aconselhando-os a meditar se estavam “defendendo a doutrina daquele que pela salvação da humanidade morreu na cruz, ou apenas os interesses de alguns grupos financeiros ou eleitorais”.⁵¹

Em contrapartida, a IPI permanecia resoluta em sua missão anticomunista

(...) a IPI insistia em seu combate ao comunismo, realçando ainda mais a escolha política da igreja. Brahim José Málaque, teve um texto publicado

⁴⁸ Ainda antes dos periódicos “*O Puritano*” e “*Brasil Presbiteriano*”, tivemos o periódico “*Imprensa Evangélica*”, que foi o primeiro jornal protestante a circular no Brasil, fundado em 1864, pertencendo a Igreja Presbiteriana antes da cisão de 1903.

⁴⁹ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 31

⁵⁰ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 33

⁵¹ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

na edição de 31 de março de 1964 de *O Estandarte* com o título “Entre a Cruz e a Espada”, onde a palavra comunismo recebeu pelo menos três sentidos distintos, mas equivalentes: 1) sociedade comunitária; 2) regime político; 3) doutrina.⁵²

Sobre o sentido de “sociedade comunitária”, o articulista Brahim José Málaque teve o objetivo de historicizar por meio da Bíblia, os ideais comunistas, associando a sua gênese com os primeiros anos do cristianismo, “quando a Igreja nascente passava por sérias dificuldades para manter sua subsistência”.⁵³ Após isso, Málaque ressalta que o fracasso daquela experiência comunista nos primórdios do cristianismo, deu-se porque “enquanto uns verdadeiros cristãos se esfalfavam no trabalho árduo para o bem comum, outros, os falsos, buscavam usufruir dos mesmos bens, sem prestar sua parcela de trabalho”.⁵⁴

Málaque também afirma que essa experiência “serviu para demonstrar a incompatibilidade do regime comunista com a doutrina cristã”.⁵⁵ A conclusão que o pastor presbiteriano chega é que o comunismo seria até viável, mas “isto só seria possível em um reino onde cada ser fosse um renascido pelo poder do Onipotente”, pois “cada um conheceria seus deveres e o emprego da força seria banido”.⁵⁶

Ao ser tratado como “regime político”, Málaque reconhece o comunismo como um “sombrio e ditatorial regime que não admite pluralidade de partidos e que é de alta periculosidade”. O articulista ressaltou o poder absoluto do Estado comunista, inclusive com o “direito de vida e de morte sobre todos”, associando o comunismo a algo misterioso, usando a expressão “cortina de ferro”, onde não se sabe o que de fato é ao certo.⁵⁷ Esse Estado, segundo Málaque, a fim de alcançar seus interesses “apela para todas as forças diabólicas; todos os meios são lícitos” e o ser humano “é transformado numa mera máquina de trabalho; é uma simples besta humana”.⁵⁸

Como “doutrina”, Málaque ressalta o quanto há de antagonismo entre o cristianismo e o comunismo, salientando que “o primeiro prega o amor, o segundo propaga o ódio”; “o cristianismo determina que só Deus tem o direito de vida e morte sobre o indivíduo, enquanto

⁵² ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 52.

⁵³ MÁLAQUE, Brahim José. Entre a cruz e a espada. *O Estandarte*, Ano 72, n.º 6, São Paulo, 31 de março de 1964, p. 4.

⁵⁴ MÁLAQUE. Entre a cruz e a espada, p. 4.

⁵⁵ MÁLAQUE. Entre a cruz e a espada, p. 4.

⁵⁶ MÁLAQUE. Entre a cruz e a espada, p. 4.

⁵⁷ MÁLAQUE. Entre a cruz e a espada, p. 4.

⁵⁸ MÁLAQUE. Entre a cruz e a espada, p. 4.

o outro tira a vida, friamente”; “o povo se acha situado em um triste dilema: aceitar a Cristo ou a Marx; a liberdade ou a escravidão; a Cruz ou a Espada”⁵⁹. Desse modo, o articulista concluiu que era com Deus que se deveria marchar e com Cristo é que se venceria o “Mar Vermelho”.⁶⁰

Rodrigo Patto Sá Motta, em sua obra *Em guarda contra o perigo vermelho*, afirma que

(...) no Brasil os religiosos lançaram mão com bastante frequência do recurso à demonização dos comunistas e que, fora dos arraiais católicos, raramente ocorria uma demonização explícita dos comunistas, principalmente na década de 1960, se tomássemos como comparação a década de 1930.⁶¹

Confirmamos com isso que tanto os católicos quanto os evangélicos viam o comunismo como uma grande ameaça às suas organizações, razão pela qual se compreende a associação que os presbiterianos independentes (IPI) fizeram do comunismo ao presidente Goulart. O jornal *O Estandarte* publicou duas matérias especiais a respeito do golpe, que fora compreendido pelos editores do periódico como um momento novo que traria alegria ao país, uma revolução sem armas, democrática, cujo título foi “O país tem novo presidente”, no qual afirmou que:

O país foi atingido por um movimento revolucionário de grandes proporções e que tem implicações muito profundas. Muita gente não entende porque se chamou movimento revolucionário, visto como não chegou a haver luta. Todavia, o verdadeiro sentido de uma revolução está muito menos no fato de haver preparativos militares e muito mais no fato de produzir alteração profunda numa determinada situação. (...) Considerando que o antigo presidente da República não estava conduzindo com austeridade, mas ameaçava de levar o país a rumos perigosos, tornando-se representante de uma ordem inconsistente, os grupos democráticos da oposição, contando com o apoio das Forças Armadas, provocaram mudança radical nos quadros políticos nacionais (...) Temos justos motivos para aplaudir a ação revolucionária, acrescentando que veio em muito boa hora, já que não era mais possível tolerar uma situação que seria o caos e a ruína, por isso que os princípios morais da austeridade iam progressivamente desaparecendo. (...) E estamos a cavaleiro para colocarmo-nos em condição de aplaudir, desde que a Igreja a que pertencemos fez no passado e reiterou recentemente sua posição

⁵⁹ MÁLAQUE. *Entre a cruz e a espada*, p. 4.

⁶⁰ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 53.

⁶¹ MOTTA. *Em guarda contra o perigo vermelho*, p. 76

intransigentemente anticomunista.⁶²

O golpe, portanto, para a IPI não foi visto como golpe, mas como uma operação:

(...) para garantir uma mudança radical no país e que providenciasse, de um lado, a eliminação do comunismo, de seus agentes e da corrupção, e, de outro, a instauração de uma ordem administrativa e política, baseada, principalmente, em aspectos morais. Para a IPI, portanto, não houve golpe⁶³ (...) Diante de tudo aquilo que se desenhou no período compreendido entre os anos de 1962 e o início de 1964, é possível afirmar que a IPI apoiou oficialmente o golpe de 1964, emprestando, inclusive, legitimidade às arbitrariedades conduzidas pelos que ocuparam o poder. O suposto liberalismo protestante que deveria, em tese, defender a legalidade constitucional e o Estado de direito, deu provas do quanto era inconsistente. Se algum dia o liberalismo fez parte do *ethos* protestante brasileiro, naquele instante, simplesmente capitulou.⁶⁴

O que se depreende até aqui é que para o público leitor d'*O Estandarte*, os primeiros momentos pós-golpe foram recebidos com grande alegria e esperança, sobretudo pelo fato de que os dois principais inimigos do povo brasileiro, na visão do órgão da IPI – comunismo e corrupção –, estavam sendo enfrentados por um governo mais austero e que prometia impor ordem, em razão de sua própria natureza militar.

Jorge Ferreira reforça que a devastação começa com os intelectuais, com a campanha de Paulo Freire encerrada, a sede do ISEB pilhada e a Universidade de Brasília invadida.⁶⁵ Essa devastação chegou aos evangélicos, sobretudo, aos presbiterianos, já com a Ditadura estabelecida, “começou o expurgo de professores dos seminários presbiterianos e conflitos entre seminaristas e as autoridades da hierarquia presbiteral”.⁶⁶

João Dias de Araújo, professor de Teologia Sistemática e Ética Cristã no Seminário Presbiteriano do Norte, em Recife, foi taxado de esquerdista e pró-comunista. Ele próprio escreveu um livro, caracterizando esse período como uma verdadeira “Inquisição sem fogueiras”. Segundo o autor:

(...) entre as igrejas evangélicas do Brasil, a Presbiteriana foi a mais envolvida e a mais comprometida com a revolução de 1964 por causa das ligações dessa

⁶² O PAÍS tem novo presidente. *O Estandarte*, Ano 72, n.º 7 e 8, São Paulo, 15 e 30 de abril de 1964, p. 2

⁶³ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 54.

⁶⁴ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 57.

⁶⁵ FERREIRA, GOMES. 1964, p. 545.

⁶⁶ SILVA, Elizete. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira*. Evangélicos progressistas em Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS, 2010. p. 131

igreja com a classe média e por causa do prestígio que ela gozava nos meios políticos e militares.⁶⁷

Para Silva, “entre os presbiterianos independentes, a reação conservadora acirrou-se após o golpe de 1964”,⁶⁸ com “pastores que prestaram serviço de delatores de membros de suas respectivas igrejas”.⁶⁹ Valeria tudo para pertencer ao golpe, não faltaram palavras de apoio em seu periódico, o clima era mesmo de entusiasmo da IPI com o movimento golpista.

(...) Nesta altura, podemos afirmar que há governo nesta terra. Temos um homem de autoridade e austeridade para dirigir o leme do grande barco. Confiemos em sua ação administrativa e em seus propósitos moralizadores. Sobre tudo oremos: Deus guarde o presidente. Deus salve a Pátria.⁷⁰

Está claro, portanto, que os presbiterianos independentes se posicionaram a favor do golpe. Tanto a deposição do presidente Goulart quanto todo o projeto autoritário dos militares golpistas durante a Ditadura, ganham reverberação no interior da denominação, refletindo assim o anseio conservador presente nos diversos setores da sociedade.

1.3 – Os metodistas face ao golpe

Os metodistas tiveram sua origem na Inglaterra, não como Igreja institucionalizada, mas como um movimento no interior da Igreja Anglicana no ano de 1729. Segundo Vasni de Almeida, “em seus primeiros sessenta anos foi chamado de movimento porque não pretendia desligar-se do anglicanismo inglês, apenas não aceitava o seu formalismo”.⁷¹ Após a morte de John Wesley (1703-1791), principal liderança desse movimento religioso, as sociedades metodistas inglesas passaram a ser denominadas de Igrejas Metodistas.

A Igreja Metodista chegou ao Brasil através de missionários norte-americanos, que já haviam organizado a Igreja Metodista Episcopal dos Estados Unidos, em 1784. A referida Igreja tinha um “governo eclesiástico centralizado, com a instituição de um bispado para a fiscalização

⁶⁷ ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras*. Vinte anos de história da Igreja Presbiteriana do Brasil: 1954-1974. 2.ed. Rio de Janeiro: ISER, 1982.

⁶⁸ SILVA. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira*, p. 131

⁶⁹ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 58.

⁷⁰ O PAÍS tem novo presidente. *O Estandarte*, p. 2.

⁷¹ ALMEIDA, Vasni de. A igreja metodista do Brasil In: SILVA, Elizete, SANTOS, Lyndon de Araújo, ALMEIDA, Vasni de (orgs.). “*Fiel é a palavra*”: leituras históricas dos evangélicos protestantes. Feira de Santana: UEFS, 2011, p. 226.

dos leigos, dos pastores, das atividades religiosas e educacionais”,⁷² sendo a base para as Igrejas Metodistas brasileiras durante muitos anos.

Segundo Antonio Gouveia de Mendonça, o crescimento da Igreja Metodista no Brasil ocorreu quando do estabelecimento de instituições educacionais que abriram as portas para uma burguesia em ascensão, no começo do século XX. Essas instituições “foram núcleos de futuros estabelecimentos de ensino superior como a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), o Instituto Bennett, no Rio de Janeiro, e o Instituto Metodista Izabela Hendrix, em Belo Horizonte”.⁷³

Vasni de Almeida salienta que, se por um lado, a influência missionária norte-americana assinalou no metodismo brasileiro a preocupação com a moralidade de seus membros e o texto bíblico como regra de fé, por outro, a educação escolar foi apresentada como “uma possibilidade de instaurar uma nova mentalidade, um novo tempo capaz de apressar as transformações culturais exigidos pelas elites liberais, pelas camadas médias em ascensão”.⁷⁴ Este é outro elemento importante para que se compreenda a relação entre a Igreja Metodista e a ditadura no Brasil, uma vez que as instituições de ensino superior metodistas desempenharam um papel de protagonismo nos movimentos sociais e políticos entre 1967 e 1985.⁷⁵

Além do legado das universidades, “os missionários metodistas criaram no país um periódico que divulgasse lições para as escolas dominicais nas igrejas, além de artigos doutrinários e notícias do dia a dia”,⁷⁶ organizado pelo reverendo John James Ranson. O periódico foi denominado primeiramente *Methodista Catholico*, em 1866.⁷⁷ Mas, a partir de 15 de agosto de 1877, o jornal passou a ser denominado *Expositor Cristão*, com média de oito páginas, mantendo a periodicidade quinzenal.

A linha editorial do jornal modificou-se por diversas vezes ao longo do tempo. Entre 1963 e 1985, o *Expositor Cristão* teve 12 redatores-chefes que imprimiram diferentes visões ao jornal sobre a conjuntura brasileira. Durante o governo militar, o periódico teve, em média, 16 páginas, com tiragem de

⁷² ALMEIDA. A igreja metodista do Brasil, p. 234.

⁷³ MENDONÇA, Antonio Gouvêa. VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução do protestantismo no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1990, p. 40.

⁷⁴ ALMEIDA. A igreja metodista do Brasil, p. 262.

⁷⁵ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 237.

⁷⁶ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 237.

⁷⁷ *Methodista Catholico*, Ano I, n.º 1, Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1866, p. 1.

6.500 exemplares, em 1963.⁷⁸

A Igreja Metodista no Brasil, tal como as outras instituições religiosas até aqui analisadas, não passou ileso às transformações de ordem política, social, econômica e cultural que o país vivenciou entre 1963 e 1985. Trata-se, assim, de inseri-la no contexto histórico tenso e conturbado do período e de se observar, a partir daí as posições políticas, ainda que impregnadas de seu *ethos* religioso, que os membros da igreja assumiram ao longo dos governos militares. Tal qual o silêncio do periódico *Mensageiro da Paz* das Assembleias de Deus, o periódico *Expositor Cristão*, nada escreveu sobre o golpe. Vasni de Almeida constata sobre este silêncio:

Os bispos das seis regiões eclesiais, integrantes do Colégio Episcopal, órgão máximo de administração da igreja, não publicaram nota oficial ou reflexão a respeito do acontecimento que mudaria a vida política brasileira por mais de 20 anos. Caso tivéssemos que nos pautar em manifestações expressas dos bispos para verificar as justificativas reveladoras da adesão ou aceitação do regime ditatorial instaurado, objeto da reflexão em tela, é bem provável que não teríamos uma noção muito clara no que se refere ao comportamento dos metodistas ante à mudança de regime político.⁷⁹

A edição de número 7, do ano 79, que foi publicada em 1º de abril de 1964, um dia após o início do golpe desfechado pelos militares, não mencionou o fato, em grande medida justificada por questões operacionais e de desencontro de informações. O que se constata é que nem a edição do dia 15 de abril, nem a do dia 30 do mesmo mês, assim como as edições de maio, nada disseram sobre o ocorrido. Almeida levanta uma questão, uma vez que nenhuma orientação, nenhuma reflexão teológica dos bispos sobre aquele que seria tema recorrente nos principais meios de comunicação: “se a censura ainda não havia sido impetrada, quais as razões para o silêncio?”⁸⁰

O silêncio não é destituído de historicidade, ele revela não apenas o desconhecimento de um fato, mas o desejo de não dizer o que se conhece. Segundo Orlandi, o não dizer pode ter a intenção de limitar o leitor “no quadro discursivo limitado por esse silêncio”.⁸¹ Tal postura

⁷⁸ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 238.

⁷⁹ ALMEIDA, Vasni de. Os metodistas e o golpe militar de 1964. *Estudos de Religião*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, v.º 23, n.º 37, jul./dez. 2009. p. 54.

⁸⁰ ALMEIDA. *Os metodistas e o golpe militar de 1964*, p. 58.

⁸¹ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. 4 ed. Campinas: Fontes, 2006. p. 265.

também tem direta relação com a sua formação religiosa dos metodistas, uma vez que “a não manifestação oficial dos bispos sobre os problemas políticos em questão tem uma história. É preciso buscar as explicações na cultura religiosa adotada pelos metodistas desde o século XIX”.⁸²

Para Reily, o distanciamento da Igreja Metodista do Brasil para com a política partidária, já em seu momento de implantação definitiva, em 1871, pode ser explicado de duas formas, que não são estanques, mas conjugadas. Uma é a opção espiritualista das igrejas protestantes do sul dos Estados Unidos, da qual a Igreja Metodista do Brasil é herdeira, que acreditavam o envolvimento político/partidário como algo “deste mundo”.

Nessa compreensão, a igreja não era uma instituição que devesse ocupar de questões “terrenas”, mas com coisas “dos céus”. A outra explicação reside no posicionamento dos protestantes brasileiros frente ao catolicismo. Se este, desde a Colônia, aliava religião com poder político, caberia ao protestantismo ser diferente. E ser diferente significava não se envolver em atividades em que os católicos estivessem presentes, entre elas a política partidária e seus resultados. Soma-se a essa cultura religiosa o fato de não serem os protestantes, enquanto grupos sociais, significativos para as forças políticas do país, já que não representavam uma massa eleitoral expressiva, como ocorre na atualidade.⁸³

⁸² ALMEIDA. Os metodistas e o golpe militar de 1964, p. 59.

⁸³ REILLY. *História documental do protestantismo no Brasil*, p. 272

Capítulo II – Dos gabinetes aos púlpitos: o apoio ascendente das lideranças batistas à Ditadura

Os batistas e a sua origem são um tema demasiadamente controverso, gerando diversos posicionamentos no contexto denominacional.

O historiador J. Reis Pereira [Breve história dos batistas] (1972) relata que existem pelo menos três teorias a respeito da origem dos batistas. A primeira é conhecida como JJJ: Jerusalém, Jordão, João. Segundo as ideias dessa corrente de pensamento, os batistas vêm se desenvolvendo em linha ininterrupta desde os tempos de João Batista, o precursor do Messias. A segunda diz respeito ao parentesco espiritual com os anabatistas do século XVI. De acordo com essa tese, “os batistas seriam um grupo que se tornou mais flexível nas posições radicais que caracterizavam os anabatistas”, porém, conservando alguns princípios que ainda hoje são preservados pelas igrejas atuais. A terceira teoria defende que os batistas se originaram a partir dos separatistas ingleses. Segundo alguns historiadores, essa é a linha que fornece mais confiabilidade histórica no que diz respeito a fatos documentados e continuidade histórica.⁸⁴

Almeida afirma que:

(...) no Brasil a presença batista remonta ao final do século XIX e está intrinsecamente vinculada à ação missionária dos batistas norte-americanos, em específico, à Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos. Compreender esse vínculo é importante para que se possa, inclusive, entender as escolhas que os batistas brasileiros, em sua maioria, fizeram ao longo de sua história, e o comportamento que a Convenção Batista Brasileira (CBB) assumiu durante a ditadura militar no Brasil.⁸⁵

Revestidos da missão de propagar “suas doutrinas no país, os batistas se serviram de folhetos evangelísticos e jornais”, até que “*O Jornal Baptista*, publicado a partir de janeiro de 1901, tornou-se o principal órgão oficial das Igrejas Batistas no Brasil”, sendo “fundado no Rio de Janeiro pelo pastor William Edwin Entzminger, um norte-americano da Carolina do Sul que havia se formado em Teologia pelo *Southern Baptist Theological Seminary*”.⁸⁶

O expediente do periódico informava em 1963:

(...) que se tratava de um órgão da CBB, doutrinário e noticioso, subordinado à Junta de Escolas Dominicais e Mocidade da CBB e que a direção do jornal era

⁸⁴ LEITE, Marcos Teixeira. *Os batistas nacionais: perspectivas históricas e teológicas*. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2015. p. 14.

⁸⁵ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 166.

⁸⁶ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 167.

responsável, perante a lei, por toda a matéria publicada, mas que, perante a igreja, as colaborações assinadas eram de responsabilidade de seus autores. E, por fim, informava aos seus leitores que os artigos publicados não representavam necessariamente a opinião do jornal.⁸⁷

Sendo assim, através dos editoriais do periódico semanal, nossa documentação escrita, investigamos o enfraquecimento da democracia batista e a relação disso com a adesão em si dos batistas ao projeto autoritário e ilegítimo dos militares.

2.1 – *O Jornal Batista: a democracia batista em questão*

Em 1963, *O Jornal Batista* tinha como seu editor, o pastor Almir dos Santos Gonçalves (1893-1981)⁸⁸, mantendo uma linha editorial democrática. Pastores batistas com diversos posicionamentos teológicos, políticos e/ou filosóficos, enviavam matérias para a redação do jornal, a fim de serem publicadas, “debatendo de forma pública suas ideias”.

Sobre a atuação de Almir Gonçalves à frente do periódico, Almeida reitera que:

(...) o tempo em que estive na direção de *O Jornal Batista*, Almir Gonçalves manteve-se discreto, manifestando-se pouquíssimas vezes sobre temas polêmicos. Muito embora fosse um opositor contumaz do comunismo e adotasse posições conservadoras, ele garantiu que n’*O Jornal Batista* houvesse espaço para o debate de ideias, mesmo as mais conflituosas.⁸⁹

Conforme analisado acima, os demais grupos evangélicos tratavam o comunismo como a grande ameaça ao cristianismo, e entre os batistas isso não foi diferente. Na verdade, a população de um modo majoritário via o comunismo como um mal em si. Motta reitera afirmando que “os grupos sociais atemorizados pela ‘ameaça’ ou ‘perigo’ comunista, (...) trataram de organizar-se e articular uma contra-ofensiva visando combater o projeto revolucionário”. E continua elucidando as associações feitas ao comunismo no Brasil:

Essencialmente, o comunismo foi identificado à imagem do “mal”, tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno, ligando-o à ideia de sofrimento, pecado e morte. A ação dos comunistas traria formas de

⁸⁷ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 167.

⁸⁸ Almir dos Santos Gonçalves nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, no estado do Espírito Santo, em 18 de setembro de 1893. Frequentou ainda cedo as reuniões de culto batista, onde se converteu, aos 17 anos. Foi ordenado pastor batista em 1922. Bacharelou-se em Direito, em 1934. Assumiu a direção de *O Jornal Batista* em 1946, cargo que ocupou durante dezoito anos. Morreu em 17 de Julho de 1981, ainda cumprindo suas funções de pastor em sua igreja.

⁸⁹ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 168.

sofrimento como fome, miséria, tortura e escravidão; a nova organização social por eles proposta implicaria em pecado, pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto.⁹⁰

O próprio pastor Almir, em uma de suas colunas, afirmou:

O comunismo não é simplesmente uma ideologia política ou econômica cujos conceitos, casualmente, firam princípios bíblicos, mas é um sistema frontalmente antagônico à fé crista (...) Oh! Se tal ideologia viesse a dominar em nossa pátria, acaso ficariam satisfeitos esses simpatizantes que hoje têm seus lares, suas igrejas, levam seus filhos onde quer levá-los, dá-lhes em casa a educação que lhes apraz? (...) Infelizmente esta é a sombria perspectiva que ameaça as nações onde o comunismo está exercendo a sua influência.⁹¹

Em contrapartida, o pastor David Malta do Nascimento (1919-2015),⁹² um dos líderes do Movimento Diretriz Evangélica⁹³, que surgiu no final dos anos 1940 no meio batista brasileiro, o qual buscava ser um organismo a fim de proporcionar um maior debate entre os membros da denominação sobre questões sociais, políticas e teológicas. Formado na época por jovens, a maioria deles estudantes, tinha como principais líderes, além do pastor David Malta:

⁹⁰ MOTTA. *Em guarda contra o perigo vermelho*, p. 5.

⁹¹ GONÇALVES, Almir dos Santos. A Bíblia opina sobre o comunismo. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 3, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1963, p. 2.

⁹² Nascido em 22 de maio de 1919, em Mutuípe, interior da Bahia, David Malta do Nascimento era de uma família pobre. Em Itabuna, Bahia, trabalhou como empregado no comércio. Provavelmente ao final da década de 1930 ele se transferiu para o Rio de Janeiro, onde concluiu seus estudos secundários. Em seguida, formou-se na Faculdade Nacional de Direito e, depois, em Teologia no Seminário Batista do Sul. Casou-se com Helena, médica e filha de pastor. Após ser ordenado, David Malta passou a pastorear a Igreja Batista Barão da Taquara, na região de Jacarepaguá, no início da década de 1950. Nesse mesmo período, ajudou a fundar o movimento “Diretriz Evangélica”, que pretendeu fomentar entre os evangélicos uma participação ativa, baseada no engajamento político e social. Este movimento mantinha um programa radiofônico na Rádio Copacabana, sediada no antigo estado da Guanabara, sempre aos sábados, às 7:30 h, além de o jornal *Diretriz Evangélica* e uma coluna n’*O Jornal Batista*, onde ele e Hércio da Silva Lessa eram os responsáveis. Ele identificava-se com setores da esquerda e com o evangelho social, muito embora fosse contra o comunismo. Teologicamente, pode ser identificado com a corrente liberal. Em 22 de maio de 2009, o Núcleo do Rio de Janeiro da Fraternidade Teológica Latino-Americana, prestou homenagem aos líderes desse movimento, entre os quais, David Malta que, àquela data, havia completado 90 anos. Ele faleceu aos 96 anos de idade, em 08 de junho de 2015, ver: ALMEIDA, Adroaldo José da Silva. “*Pelo senhor, marchamos*”: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

⁹³ O Movimento Diretriz Evangélica (MDE) teve diferentes fases ao longo de sua história e expressou suas ideias através dos seguintes meios: entre 1949 e 1951 editou uma publicação própria, primeiro como jornal, depois como revista; entre 1951 e 1960 tornou-se uma coluna da revista “Unitas”, uma publicação interdenominacional ligada ao Instituto de Cultura Religiosa (ICR), da qual Bretones foi redator nesses anos; e no período de 1961 a 1964 como uma coluna no OJB, além de possuir nessa época um programa radiofônico semanal na rádio Copacabana. Nesse último período as atividades do movimento ficaram concentradas prioritariamente na figura do pastor David Malta, que só em meados dos anos 1960 passou a contar novamente com a participação de Hércio da Silva Lessa, que voltou de sua missão em Portugal, onde havia ficado por cerca de 9 anos. Sobre a formação desse movimento, em especial sobre a sua primeira fase (1949-1951), ver: RIBEIRO, Antonio Carlos Silva. *A bandeira guardada: uma análise da teologia social proposta por Diretriz Evangélica, de 1949 a 1951*. Monografia (Bacharel em Teologia) - Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, Rio de Janeiro, 1983

o jornalista, psicólogo e pastor Lauro Bretones; o pastor Hécio da Silva Lessa; além do poeta e militar pernambucano radicado no Rio de Janeiro, Mario Barreto França. Em uma de suas colunas no OJB, denominada “Diretriz Evangélica”, afirmou o seguinte:

À luz deste conceito que aceitamos e pregamos, repelimos, conseqüentemente, todo sistema que pretenda ver no homem, tão somente, o objeto, condicionado por fatores externos e relações extrínsecas. Sejam relações econômicas, de produção, ou de que outro nome tenham. Este é, aliás, equívoco que geralmente incidem vários tipos de humanismo, sobressaindo, dentre outros, o marxismo.⁹⁴

Esse pensamento de oposição ao comunismo pode ser compreendido a partir da influência dos missionários batistas norte-americanos sobre os batistas brasileiros, bem como através da relação destes com a *Southern Baptist Convention*. Tal relação no contexto da Guerra Fria contribuiu para acirrar ainda mais essa aversão entre os batistas. Almeida salienta que o exposto acima “trouxe implicações, inclusive para a restrição das Igrejas Batistas em relação ao ecumenismo e à Teologia da Libertação, identificados, invariavelmente, como movimentos simpáticos ao comunismo/marxismo”.⁹⁵

Dito isso, compreende-se que, entre os batistas, estava nítido certo consenso com relação ao comunismo, com nuances nada significantes que pudesse gerar alguma contradição no pensamento denominacional, no entanto, já não podemos afirmar isso no que diz respeito à proposta para um engajamento político voltado para as demandas sociais do homem, fomentadas não apenas pela Conferencia do Nordeste, realizada em 1962, mas também por organizações paraeclesiais, como o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e a Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL).

Adriano Machado descreve como se deu esse processo de preocupação com as necessidades sociais do homem por parte dos evangélicos. Em sua tese, ele afirma que:

Desde fins da década de 1950, mas em especial nos primeiros anos de 1960, houve entre os evangélicos brasileiros um processo de “despertamento” sociopolítico, o qual significava que uma importante parcela desse segmento passou a se relacionar de uma maneira mais crítica diante da realidade existente no país. Esse processo fez com que tal grupo iniciasse uma ação mais propositiva, organizada e crescente nas estruturas internas das denominações, mas também promovendo uma maior interação entre os evangélicos que se

⁹⁴ NASCIMENTO, David Malta do. O homem. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 5, Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1963, p. 5.

⁹⁵ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 170.

dispunham a discutir essas questões, a partir da criação e do fortalecimento de organismos interdenominacionais.⁹⁶

É importante ressaltar também que esse despertar para uma “discussão em torno das questões sociopolíticas” não se explicava apenas por uma predisposição por parte das igrejas evangélicas, todavia, “trazia em si o resultado de todo um desenvolvimento do debate político surgido no pós-guerra, que foi fortalecido ao longo do intervalo democrático brasileiro (1945-1964)”.⁹⁷

A essa altura, entre os batistas havia uma tensão, isto é, de um lado, o pastor David Malta representava um grupo que propunha ações que fossem além de “assistencialismos social”; ansiavam por “ações sociais que promovessem uma transformação de fato no cenário de miséria, fome e pobreza que atingia parte significativa da população brasileira”⁹⁸. Malta conclama o povo a um posicionamento, ressaltando assim o que deveria nortear a mentalidade de todo leitor d’*O Jornal Batista*:

Urge que manifestemos a nossa posição, a posição dos cristãos evangélicos, suas idéias e concepções de vida, frente aos problemas sociais, políticos e econômicos do Brasil e do mundo. Precisamos dizer ao povo que o Evangelho que, em Cristo salva a alma, têm também para a humanidade uma mensagem de justiça, paz e amor. Sim, é preciso demonstrar que a religião de Cristo não é ‘ópio do povo’, mas a inesgotável fonte de verdade, onde encontramos toda a solução para todos os problemas do homem.⁹⁹

Esse posicionamento desperta um grupo mais conservador, que se colocou contrário à postura, defendendo que esse tipo de engajamento político feria os princípios e a doutrina da igreja. O pastor Delcyr de Souza Lima (1927-2018)¹⁰⁰ é quem representa esse segmento:

⁹⁶ MACHADO, Adriano Henriques. *Evangélicos e a política no Brasil: posições, alinhamentos e tensões* (1960-1976). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016, p. 45.

⁹⁷ MACHADO. *Evangélicos e a política no Brasil*, p. 46.

⁹⁸ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 170.

⁹⁹ NASCIMENTO, David Malta do. A crônica de Diretriz Evangélica - Novo e Diferente. *O Jornal Batista*, Ano LXI, n.º 2, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1961, p. 5.

¹⁰⁰ Delcyr de Souza Lima nasceu em 27 de novembro de 1927, na cidade de São Fidelis, Rio de Janeiro. Converteu-se aos 15 anos, na Primeira Igreja Batista de Bangu. Formou-se primeiramente Bacharel em Teologia no Seminário Teológico Batista do Sul, sendo consagrado pastor em 1952. Casou-se com Dinalva, com quem teve cinco filhos. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas pela Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro. Se autodeclarava conservador e defensor do fundamentalismo religioso. Criou, em meados da década de 1960, uma coluna n’*O Jornal Batista* denominada “Trincheira”, em oposição à “Diretriz Evangélica”. Foi um dos fundadores do Seminário Teológico Batista de Niterói, tornando-se seu Diretor Executivo de 1984 a 1985. Em 2015, Delcyr de Souza ocupava o cargo de Diretor do Seminário Teológico Batista Brasileiro e de redator de uma das revistas da Junta de Educação Religiosa e Publicações (Juerp), órgão criado pela CBB, em 1907, para administrar a atividade editorial da igreja, ver: ALMEIDA, Adroaldo José da Silva. “*Pelo senhor, marchamos*”: os evangélicos e a

(...) que se caracterizou, por um lado, pela forte oposição ao ecumenismo, ao evangelho social e, por outro, pela defesa da moral, dos costumes, insistindo em uma ascese religiosa puritana que estimulava o estranhamento do mundo, isto é, um tipo de comportamento que negava o prazer com o mundo como, por exemplo, jogar futebol, ir ao cinema, assistir programas de entretenimento, etc.¹⁰¹

As duas correntes e posições distintas em análise se confrontaram durante o ano de 1963, tendo suas posições publicadas nas páginas d'*O Jornal Batista*, o que se comprova que não havia espaço até então para um cerceamento de opiniões no contexto do periódico. Inúmeros artigos, sejam conservadores ou progressistas, foram publicados por pastores, como também por leigos. Esses artigos foram publicados entre 1963 até o primeiro trimestre de 1964, “o que nos permite refletir sobre as influências do contexto político da época sobre a linha editorial do periódico”. Almeida ainda acrescenta que:

Até o golpe de 1964, a corrente batista progressista desfrutou de um ambiente que lhe permitiu pelo menos propor mudanças à igreja – fossem estas de caráter doutrinário, teológico, administrativo e/ou pedagógico. Para este setor, os batistas não poderiam nutrir uma postura de aversão ao mundo, mas, pelo contrário, envolver-se com a realidade na perspectiva do atendimento às demandas sociais, assumindo consciência política de forma mais crítica e contundente. Em suma, era urgente promover transformações nas comunidades religiosas e nas instituições batistas, bem como participar de forma ativa da vida do país.¹⁰²

Ainda no ano de 1963, Malta escreve na sua coluna “Diretriz Evangélica”, sobre a postura de João Goulart em querer manter relações comerciais com países do Leste Europeu.¹⁰³ Também abordou sobre a greve dos Náuticos do Rio de Janeiro, inclusive emitindo sua opinião na direção de ter sido um movimento impróprio à ocasião, pois o país estava às portas de um plebiscito para decidir sobre o retorno ou não do sistema presidencialista.¹⁰⁴ Malta convida o povo batista às ruas para um “encontro cívico”, a fim de se posicionarem como cidadãos a respeito desse plebiscito:

E nenhum eleitor deve faltar. Não constrói a descrença. No meio das desilusões é preciso lutar. Sabemos das decepções do povo. Mas avançar é o único

ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

¹⁰¹ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 170.

¹⁰² ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 171.

¹⁰³ NASCIMENTO, David Malta do. Vão ser ampliadas as relações comerciais externas do Brasil. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 3, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1963, p. 5.

¹⁰⁴ NASCIMENTO, David Malta do. Greve dos náuticos tende a ceder. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 3, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1963, p. 5.

caminho. Devolvamos os poderes ao Presidente da República. Vamos dizer NÃO ao Ato Adicional. Para que o presidente governe. E que governe o Presidente (...) É o seu dever.¹⁰⁵

Para esse grupo progressista, os batistas deveriam ter uma vida mais ativa politicamente; comprometida, sobretudo, com a classe trabalhadora. Hércio da Silva Lessa (1926-2009), pastor da Igreja Batista de Itacuruçá, no antigo Guanabara, também identificado com esse grupo progressista, recebeu a importante tarefa de debater na 45ª Assembleia da CBB, ocorrida em Vitória, Espírito Santo, em de janeiro de 1963, sobre o papel das instituições de ensino teológico da denominação nesse contexto político vivido desde os anos de 1960.

A participação de Lessa nessa assembleia convencional, isto é, a sua palestra, foi registrada integralmente n’*O Jornal Batista*, sendo “um documento importante para demonstrar como havia um setor entre os pastores e leigos batistas que não se viu desvinculado dos problemas sociais existentes entre as classes trabalhadoras”.¹⁰⁶ Segundo Almeida, o pastor Hércio Lessa compreendia que:

(...) havia uma situação pré-revolucionária cuja origem estava num processo de conscientização de homens que ‘não aceitaram por muito tempo, no entanto, viver inconscientemente a situação de crise que sobre eles se abateu’ e por isto decidiram ‘determinar a sua sorte e construir conscientemente a realidade porvir’ (...) ‘não tendo sido possível evitar para o nosso povo as provações da crise que vivemos, resta-nos a convicção de podermos influir ativamente, através de uma participação corajosa, oportuna e esclarecida, na criação de um porvir que melhor corresponda aos legítimos anseios dos homens e às expectativas do nosso Deus’.¹⁰⁷

Evidencia-se, portanto, até aqui, que o periódico batista foi uma plataforma que publicou as ideias conflitantes desses dois grupos distintos entre os batistas, o que se deve à gestão, como redator chefe, de Almir Gonçalves. Ele afirma “o quanto era difícil dirigir aquele jornal e que, apesar dos batistas viverem sob o pálio dum regime democrático, havia setores que reivindicavam que o OJB pode e deve publicar toda e qualquer matéria que lhe seja dirigida”, enquanto outros setores, insistindo “numa padronização rigorosamente pessoal e individual, incapazes de compreender a possibilidade de opiniões diferentes, venham de onde vier”.¹⁰⁸

¹⁰⁵ NASCIMENTO, David Malta do. Encontro cívico, dia 6. *O Jornal Batista*, Ano LXIII, n.º 3, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1963, p. 5.

¹⁰⁶ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 172.

¹⁰⁷ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 173.

¹⁰⁸ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 185.

Apesar do próprio Almir manter um perfil conservador, antiecumênico, não adepto ao evangelho social, isso não impediu que fosse uma peça fundamental para garantir não apenas ao jornal denominacional, mas ao contexto eclesiástico batista, a diversidade de ideias dentro do espectro político. Almeida reitera afirmando que

(...) esse ambiente, por vezes questionado, permitiu a pluralidade de ideias e de posições políticas e teológicas entre os membros dessa igreja. Apesar de os setores conservadores pretenderem, a todo custo, reduzir *O Jornal Batista* a um periódico doutrinário, os setores progressistas puderam, até então, manifestar-se abertamente sobre temas polêmicos, exprimindo opiniões, inclusive, diferentes daquelas defendidas pela direção da CBB.¹⁰⁹

Entretanto, esse ambiente democrático em OJB, provocava de modo crescente um clima de desconforto, de um acirramento entre ideias divergentes cada vez mais contundente, até que Almir decide renunciar ao cargo de redator do periódico. No editorial assinado em 4 de setembro e publicado na edição do dia 21 do mesmo mês, afirmou que

(...) como redator ficava comumente diante de um dilema, pois de um lado estavam aqueles que supunham que o jornal deveria publicar qualquer matéria a ele dirigida, e do outro estavam os que em oposição a isso defendiam uma padronização, com base muitas vezes em suas próprias opiniões, os quais não compreendiam nem aceitavam a existência e a divulgação de posições divergentes.¹¹⁰

Diante desse contexto adverso, Almir, no editorial assinado em 20 de setembro e publicado no dia 5 de outubro de 1963, ressalta aos colaboradores do periódico que eles eram responsáveis diante de Deus e da denominação por cada texto escrito e os conceitos neles emitidos não necessariamente seriam os mesmos do editor.¹¹¹

Findou-se o ano de 1963 e “a discussão acerca dos textos e debates ocorridos nesse período voltaria a ser abordada no editorial de 25 de janeiro de 1964 onde pontuava que:”

(...) um de seus desejos como diretor era que o jornal fosse um elemento de paz e concórdia entre os batistas. No entanto, essa vontade não teria sido plenamente realizada, devido aos problemas surgidos especialmente nos últimos anos envolvendo questões doutrinárias, políticas e ideológicas, os quais haviam ocasionado um acirramento de sentimentos e posições entre os colaboradores. Destacava ainda que o uso de insinuações e ironias, bem como a falta de amor entre os debatedores tinha gerado reclamações e protestos de alguns irmãos, os quais argumentavam que nesse estado o jornal deixava de ser um órgão

¹⁰⁹ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 186.

¹¹⁰ GONÇALVES, Almir dos Santos. Redação d’O Jornal Batista Palavras do Redator. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, Ano LXIII, n.º 38, 21 de setembro de 1963, p. 2.

¹¹¹ GONÇALVES, Almir dos Santos. Redação do Jornal Batista - Com os nossos Colaboradores. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, Ano XVIII, n.º 40, 05 de outubro de 1963, p. 2.

evangelístico; mostrando assim que durante esse período surgiram críticas e contestações a forma como o *OJB* estava sendo dirigido.¹¹²

No dia 5 de abril de 1964, após o Golpe Civil-Militar, o pastor José dos Reis Pereira (1916-1991)¹¹³ assina a sua primeira edição como redator d'*OJB*, tendo sua posse ocorrida oficialmente em 1º de março do corrente ano. Nesta sua primeira edição, Pereira já começa a sinalizar qual seria a linha editorial do jornal afirmando que “(...) o jornal deve representar o pensamento do povo batista brasileiro. Não pode ser o órgão de um grupo”.¹¹⁴

Neste mesmo editorial, nota-se uma posição um tanto quanto dúbia do novo redator, uma vez que:

(...) por um lado, afirmava que não era contrário à existência e à publicação de debates e polêmicas, mas sim ao tom e à maneira como as mesmas estavam sendo realizadas, as quais muitas vezes não se utilizavam de uma linguagem cristã. Por outro lado, deixava claro que o jornal tinha uma linha e representava uma denominação e Convenção que possuíam normas, crenças e princípios bem definidos (...). Por fim, citava como exemplo que temas como a apologia do comunismo não seriam publicados no periódico; porém salientava que para decidir a respeito da publicação de temas mais complexos seria necessário o uso de critérios, os quais caberiam exclusivamente a ele discernir sobre o assunto.¹¹⁵

Interessante salientar que esse posicionamento impreciso e até mesmo confuso, permanece nos editoriais de Reis Pereira por algum tempo, todavia, não deixava de abordar quase que exclusivamente sobre questões sociopolíticas do cenário brasileiro. Inclusive, ao passo que pontuava que o periódico não iria aderir a nenhum partido político, muito menos fazer campanha política, reiterava que “(...) os grandes temas políticos, como o repúdio a

¹¹² MACHADO. *Evangélicos e a política no Brasil*, p. 270.

¹¹³ José dos Reis da Silva Pereira nasceu em 4 de fevereiro de 1916, em Piraí, Rio de Janeiro. Converteu-se à fé batista aos 14 anos de idade, tendo sido batizado pelo Pastor Tecê Bagby, na Igreja Batista de Vila Mariana, SP. Aos 16 anos, alistou-se no Exército Brasileiro para participar da Revolução de 1932. Com 21 anos, deixou o curso de Letras da Faculdade de Filosofia em São Paulo, para ingressar no Seminário Batista do Sul do Brasil, no Rio de Janeiro. Formou-se Bacharel em Teologia em 1940, tendo sido o orador de sua turma. Logo depois de sua formatura, Reis Pereira foi convidado pelo próprio Seminário para assumir a docência daquela instituição de ensino teológico. Durante 37 anos, lecionou várias matérias, mas a sua principal disciplina foi História Eclesiástica, da qual se tornou especialista. Foi professor também do Instituto Batista de Educação Religiosa (voltado para mulheres). Posteriormente graduou-se em Filosofia, pela Universidade Federal da Guanabara e em Jornalismo e História pela Universidade do Brasil. Foi consagrado ao ministério pastoral em 29 de Dezembro de 1941, na Igreja Batista da Rocha, na Guanabara, de onde só saiu por ocasião de seu falecimento, em 15 de Outubro de 1991, ironicamente no Dia Batista do Brasil, data instituída pelo próprio Reis Pereira. Casou-se com Darcilia Pereira, em 2 de Abril de 1943, ver: YAMABUCHI, Alberto Kenji. *O debate sobre a história das origens do trabalho batista no Brasil: uma análise das relações e dos conflitos de gênero e poder na Convenção Batista Brasileira dos anos 1960-1980*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

¹¹⁴ PEREIRA, José dos Reis. Uma palavra muito pessoal. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, Ano LXIV, n.º 14, 05 de abril de 1964, p. 3.

¹¹⁵ MACHADO. *Evangélicos e a política no Brasil*, p. 271.

qualquer espécie de ditadura, como a defesa da liberdade, como a aversão ao comunismo, êsses de quando em quando, através de editoriais ou de colaborações voltarão a estas colunas”.¹¹⁶

Depreende-se até aqui, mesmo com certa sutileza, *a priori*, que havia um perfil em construção d’OJB. Estava nítido que o jornal passaria por uma censura, usando como pretexto a ideia de que alguns assuntos de natureza política já haviam causado muitas discussões acaloradas. Por essa razão, deliberou: “esperamos fazer uma pequena pausa até que os ânimos se arrefeçam. Mas depois voltaremos a êles, porque não haverá assuntos proibidos em nosso jornal”.¹¹⁷

Dentre os assuntos que sofreram a censura temporária, estavam “os relacionados à filiação da Convenção à CEB e os debates em torno da responsabilidade social da Igreja, com destaque para a discussão sobre a Comissão de Ação Social da CBB”.

Amostra disso foi que ao assumir como redator, as duas principais colunas que se posicionavam a favor e contra o envolvimento da Igreja nas questões sociopolíticas, no caso a do Movimento Diretriz Evangélica e a “Trincheira”, foram imediatamente descontinuadas e não mais voltariam a ser publicadas. Da mesma forma, a coluna organizada pela Comissão de Ação Social também não retornaria ao OJB.¹¹⁸

No editorial do dia 26 de julho de 1964, Reis Pereira deixa claro qual seria o perfil do jornal. Se até aquele momento alguma dúvida ainda havia, agora, tudo estava tomando forma. A linha do periódico batista estava cada vez mais definida. Nesse editorial em questão, Pereira descreve sobre dois “grupos descontentes” com a sua postura a frente do jornal:

Um primeiro era o que defendia a existência no jornal de discussões sobre as juntas denominacionais e temas relacionados à CBB. Frente a isso dizia ser difícil estabelecer limites para esse tipo de debate e que não sabia se era licito ou ético o periódico discorrer acerca dos problemas de outras juntas, visto que ele próprio estava vinculado a uma. Assim, determinava que o OJB não seria mais um local para a discussão dessas questões, ‘Temo-nos contentado com o plenário das Convenções’.¹¹⁹

Fica nítido com isso que o novo redator desejava esvaziar de sentido as discussões e retirar de cena os debates que eram travados desde os anos anteriores, sobretudo, como já dito,

¹¹⁶ PEREIRA, José dos Reis. Na mesma linha. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, Ano LXIV, n.º 19, 10 de maio de 1964, p. 3.

¹¹⁷ PEREIRA, José dos Reis. Voltando a um Tema. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, Ano LXIV, n.º 22, 31 de maio de 1964, p. 2.

¹¹⁸ MACHADO. *Evangélicos e a política no Brasil*, p. 272.

¹¹⁹ MACHADO. *Evangélicos e a política no Brasil*, p. 272.

“a discussão sobre a Comissão de Ação Social e o relacionamento da CBB com a CEB”. Quanto ao outro grupo descontente, Reis Pereira descreve que:

(...) era o que acreditava que o jornal deveria ser um veículo para o debate de teses políticas e sociológicas, a fim de despertar entre os membros da denominação a preocupação para diversos problemas contemporâneos. Na resposta a esse segmento, o editorial mostrava-se contrário aos anteriores, porque se naqueles havia afirmado que o periódico não poderia abster-se de comentar e discutir questões da conjuntura sociopolítica, agora anunciava que tal temática não seria pautada ou fortalecida.¹²⁰

Reis Pereira, ainda nesse editorial, descreve com clareza seu posicionamento, elucidando que não iria apenas censurar alguns assuntos, mas que era, de fato, contra ao grupo que fomentava no contexto denominacional a “responsabilidade social da Igreja”:

Certos temas que interessam profundamente e talvez demasiadamente a alguns obreiros não interessam ao maior número. (...) E não queremos que nosso jornal se torne interessante apenas para um grupo restrito, digamos, de intelectuais. Sabemos de um ou outro desse grupo que se considera elite. Tal opinião é um recurso para escapar a realidade. A elite batista brasileira para nós é formada por aqueles crentes desejosos de conhecer cada vez mais a vontade de Deus, que se esforçam em saber cada vez mais da Palavra de Deus, que aspiram uma vida espiritual cada vez mais intensa, que procuram pôr em prática as virtudes do evangelho, que têm no coração ardente amor pelas almas perdidas, que procuram auxiliar aos cansados e oprimidos, que vêem sempre o lado bom das coisas, que não se alimentam de amarguras e queixas. A estes queremos, semanalmente, levar a nossa mensagem.¹²¹

Toda essa postura do novo redator fazia sentido uma vez que não considerava a ação impetrada pelos militares como um Golpe, mas um movimento para preservar a democracia, que estaria sob ataque do comunismo, representado pelo então presidente João Goulart. Pereira também considerava que a ação dos militares estava em consonância com a vontade do povo, afirmando não ter havido resistência exatamente por essa razão, e que o Golpe foi um “milagre de Deus, atendendo as orações do seu povo”, possibilitando “a vitória da democracia, o restabelecimento do respeito à Constituição”.¹²²

Torna-se importante destacar que “para Reis Pereira, assim como para muitas outras pessoas e grupos que apoiaram a derrubada de Jango, a construção teórica para defender a ação

¹²⁰ MACHADO. *Evangélicos e a política no Brasil*, p. 273.

¹²¹ PEREIRA, José dos Reis. O jornal dos batistas brasileiros. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, Ano LXIV, n.º 30, 26 de julho de 1964, p. 3.

¹²² PEREIRA, José dos Reis. A responsabilidade dos crentes. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, Ano LXIV, n.º 15, 12 de abril de 1964, p. 3.

dos militares, era a justificativa de que a mesma se constituía numa contrarrevolução”, uma espécie de “articulação das forças democráticas frente ao perigo do país sofrer uma revolução comunista, que levaria a instalação de um regime totalitário nos moldes soviéticos”.

O problema da justificativa destacada por Reis Pereira é que

(...) ao defender a deposição de Jango como uma contrarrevolução, o editorial já demonstrava uma forte contradição no seu discurso, além do que relativizava o tão propalado preceito bíblico-paulino de respeito às autoridades constituídas. Porque, apesar de dizer que os cristãos deveriam respeitar o governo Goulart, devido ao fato dele ser uma autoridade legitimamente constituída, todo o texto foi construído no sentido de tentar justificar a defesa de uma ação que ia em direção totalmente oposta a esse princípio.¹²³

Depreende-se, portanto, que “no discurso concebido por Reis Pereira o seu posicionamento anticomunista tinha prevalecido em muito sobre as demais questões e valores políticos na qual a quebra da ordem institucional estavam envolvidos”. O apoio a esse caráter anticomunista do Golpe ganha cada vez mais forma, como podemos testificar a seguir a sua conclusão:

Porque o que aconteceu agora é, sob certos aspectos, verdadeiro milagre. Quando tudo parecia turvo, quando os defensores da Democracia pareciam estar desavindos uns com os outros, quando parecia que todos estavam mistificados, tudo se esclareceu e viu-se, por exemplo, que as fôrças armadas brasileiras não estavam tão infiltradas como se supunha; que a indisciplina não tinha dominado os quartéis, e que o regime democrático podia confiar nos seus defensores. [...] Não será agora que se vai estabelecer censura e limitação da liberdade no Brasil. Mas que tal hora nunca chegue. Orem os crentes, velem os crentes, trabalhem os crentes. Quanto mais o evangelho de Jesus Cristo, em tôda a sua pureza e integridade, vencer no Brasil, tanto mais longe ficaremos de qualquer ditadura ou forma de opressão. Porque um crente legítimo é um antitotalitário por excelência; o crente legítimo é o adversário natural da corrupção em qualquer das suas formas, e da injustiça social, e da exploração do homem pelo homem. Justiça, liberdade, verdade, honestidade, pureza, êsses belos ideais só se alcançam quando Jesus domina os corações.¹²⁴

¹²³ MACHADO. *Evangélicos e a política no Brasil*, p. 215-216.

¹²⁴ PEREIRA, José dos Reis. A responsabilidade dos crentes. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, Ano LXIV, n.º 15, 12 de abril de 1964, p. 3.

2.2 – Nilson do Amaral Fanini e Irland Pereira de Azevedo: uma liderança “fardada”

Vimos que o Golpe foi reconhecido como um milagre para salvar o país de um comunismo iminente, o que nos indica qual seria o caminho que a liderança batista tomaria nos anos subsequentes. De fato, o apoio ao governo dos militares se mostrava cada vez mais explícito, pois

Enquanto a liderança das juventudes das igrejas metodistas e presbiterianas era presa e torturada, como foi o caso de Anivaldo Padilha, o pastor Irland Pereira de Azevedo, que havia sido o primeiro presidente da JUMOC – Junta de Mocidade da Convenção Batista Brasileira eleito em 1968, é retratado numa foto ao lado do presidente Médici. A legenda desse registro histórico, que saiu na revista da Juventude Batista, trazia a seguinte informação: “encontro da liderança jovem batista com Sua Excelência General Médici” Esse fato se contrapôs às demais juventudes que, nessa época, publicavam artigos que contestavam o governo e o sistema, e que apontavam para aquilo que Auerbach chama de coexistência entre o mal-estar moral e o desejo de expansão econômica.¹²⁵

No governo de João Batista de Figueiredo (1918-1999) se acimenta ainda mais a relação da liderança batista com os militares, tornando explícita, sobretudo, a partir de dois líderes de grande destaque no cenário denominacional batista, a saber: Nilson do Amaral Fanini (1932-2009)¹²⁶ e Irland Pereira de Azevedo (1934-)¹²⁷.

¹²⁵ DUSILEK; SILVA; CASTRO. *A igreja de farda*, p. 204.

¹²⁶ Nilson do Amaral Fanini nasceu no dia 18 de março de 1932 na cidade de Curitiba (PR). Ainda jovem, aos 12 anos de idade, converteu-se a fé batista através do ministério do pastor David Gomes durante uma série de conferências na capital do Paraná. Foi batizado no mesmo ano de 1944. Na juventude, enquanto servia nas forças armadas, sentiu-se vocacionado ao ministério pastoral. O jovem Fanini decidiu então fazer o Seminário Menor no Instituto Teológico A.B. Deter, em Curitiba. Posteriormente, seguiu para o Seminário Teológico do Sul do Brasil (STBSB), onde completou o curso de bacharel em Teologia no ano de 1955, quando tinha 23 anos. Ele foi consagrado ao ministério da Palavra em 24 de novembro de 1955 na Igreja Batista da Tijuca (RJ), que era então pastoreada pelo pastor Oswaldo Ronis. Um ano depois ele se casou com Helga Kepler Fanini, com quem teve três filhos, Otto Nilson, Roberto e Margareth. No mesmo ano seguiu para os EUA, onde fez mestrado em Teologia no Southwestern Baptist Theological Seminary, em Fort Worth (Texas). Ao retornar dos EUA aceitou convite da Primeira Igreja Batista de Vitória (ES), onde atuou entre 1958 e 1964. Assumiu após isso, a liderança da Primeira Igreja Batista de Niterói, na qual permaneceu como pastor presidente por 41 anos. Por fim, atuou na Igreja Batista Memorial de Niterói, seu último ministério. Faleceu no dia 18 de setembro de 2009, após sofrer um AVC, ver: FAJARDO, Alexander. Fanini: pastor, empresário de mídia e amigo dos militares. *Lideranças protestantes no Brasil: ensaios biográficos*. Recife: Editora UFPE, 2015.

¹²⁷ Irland Pereira de Azevedo nasceu em 15 de julho de 1934 na cidade de São Fidelis, interior do estado do Rio de Janeiro. Converteu-se a fé batista e logo se batizou, no dia 18 de junho de 1950 na Primeira Igreja Batista em Marechal Hermes. Foi estudar teologia, tendo se formado em 1961. Tem formação em política e estratégia pela

Ao que tudo indica essa aproximação com o presidente Figueiredo ocorreu após uma demanda, um aproveitamento parlamentar batista. Foi aprovado que a CBB nomeasse uma comissão para enviar um memorial, um manifesto ao presidente. A comissão era composta pelos pastores: Irland Pereira de Azevedo, Nilson do Amaral Fanini, Delcyr de Souza Lima, José dos Reis Pereira, Éber Vasconcelos, Ebenézer Soares Ferreira. Esse “manifesto” foi bem redigido e sua linguagem é imponente. Após ser feito e aprovado na 62ª Assembleia da CBB, que ocorreu em Goiânia em janeiro de 1980, foi entregue em mãos numa audiência oficial.¹²⁸

A redação do referido manifesto versava sobre quem eram os batistas, demonstrando também uma certa “preocupação de tom moralista com os rumos da sociedade e da mídia”¹²⁹, como poder ser visto a seguir:

Convencidos de que o povo brasileiro tem em Vossa Excelência um autêntico guardião, manifestamos nossas apreensões mas, ao mesmo tempo, esperamos que o Governo venha a tomar ou determinar as providências tendentes a coibir os abusos daqueles que, deslembrando ou mal interpretando os altos ideais de Vossa Excelência no decorrer de seu Governo, estão a implantar em nossa terra o império da imoralidade e da violência. Nosso progresso, nossa grandeza e nosso futuro no concerto das nações dependem da base moral em que se assente a vida da nacionalidade. O testemunho da História dá-nos conta de que a imoralidade tem produzido efeitos mais desastrosos do que inimigos armados na destruição dos povos.¹³⁰

A conclusão do manifesto demonstra explicitamente a promessa de apoio da liderança em questão ao presidente Figueiredo ao afirmar: “nossa disposição de orar por Vossa Excelência e seu Governo, ao mesmo tempo que lhe hipotecamos todo apoio moral e espiritual”.¹³¹

Diga-se de passagem que a manifestação de apoio ou o pedido para uma atuação governamental não é inédito nem entre os batistas. Contudo, esse episódio foi destacado porque foi possivelmente através dele que Fanini estreitou sua relação com o já predisposto presidente Figueiredo, tanto pela circunstância histórica

Escola Superior de Guerra, em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas, e também recebeu o título de doutor em divindade pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo, em 1992. Foi consagrado ao ministério pastoral em 3 de setembro de 1960. Exerceu sua atividade pastoral na Primeira Igreja Batista em Queimados/RJ; na Igreja Batista do Meier/RJ; e, depois, assumiu a Primeira Igreja Batista em São Paulo, onde permaneceu por 26 anos. Foi presidente da Convenção Batista Carioca e diversas vezes presidente da Convenção Batista de São Paulo e da Convenção Batista Brasileira. É casado com Zilá e vive atualmente em São Paulo, ver: <http://www.ipacurriculum.blogspot.com>

¹²⁸ DUSILEK; SILVA; CASTRO. *A igreja de farda*, p. 205.

¹²⁹ DUSILEK; SILVA; CASTRO. *A igreja de farda*, p. 205.

¹³⁰ ANAIS DA 63ª ASSEMBLÉIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, 1981, p. 5-6.

¹³¹ DUSILEK; SILVA; CASTRO. *A igreja de farda*, p. 206.

da decadência do governo militar quanto pela provável influência que seu colega de farda Humberto de Melo teria exercido. Outro exemplo disso é que, ao esbarrar o trabalho missionário batista brasileiro efetuado pela Junta de Missões Nacionais com as causas indigenistas, Fanini se prontificou a entregar um documento da Junta Executiva da CBB para Figueiredo, alegando que “já tinha uma entrevista agendada” com ele. Tais encontros são importantes para assinalar os caminhos percorridos por Fanini junto a Figueiredo, que culminaram com a concessão de um canal de TV para os batistas, a TV RIO¹³².

Através desse “estreitamento” citado acima, destacamos que

(...) em 1981, esses dois líderes batistas, Fanini e Irland, ingressaram na ESG – Escola Superior de Guerra, turma Marechal Cordeiro de Farias. Tal registro não se dá somente pelo site da ESG, mas sobretudo pelos apontamentos nas atas daquele ano da Junta Executiva da CBB das justificativas de ausência por conta do curso, bem como da formatura com o anúncio do culto de gratidão que foi realizado na Primeira Igreja Batista de Niterói em 09/04/1982.¹³³

Um dado importante a ser destacado é que os trabalhos de conclusão de curso dos líderes em tela, “especialmente o do pastor Irland, e os contatos feitos, notadamente com Dr. Arolde de Oliveira, então diretor do DENTEL/RJ, abriram definitivamente as portas para a celebração do ápice e da recompensa do apoio à ditadura, a saber: a concessão do canal de TV, a famigerada TV RIO”. O interessante é que não associaram esse evento “à mordaza imposta no tempo da ditadura, bem como ao habilidoso trâmite político”, muito pelo contrário, “setores batistas santificaram esse feito ao celebrá-lo como um grande milagre”.¹³⁴

O envolvimento da liderança batista com os militares se tornava casa vez mais estreito, tendo como seu ponto mais alto, a participação do presidente João Batista Figueiredo em dois cultos, sendo:

O primeiro, cuja preparação ocupa o expediente de boa parte das reuniões da Junta Executiva da CBB no primeiro semestre de 1980, foi realizado na Igreja Memorial Batista de Brasília, que na ocasião era liderada pelo presidente da Junta Executiva, Pastor Éber Vasconcelos. O OJB noticiou com destaque, como que assinalando o prestígio da liderança batista ao ter um presidente da República em uma de suas reuniões. Para os batistas, tal efeméride era vista

¹³² DUSILEK; SILVA; CASTRO. *A igreja de farda*, p. 206.

¹³³ DUSILEK; SILVA; CASTRO. *A igreja de farda*, p. 207.

¹³⁴ DUSILEK; SILVA; CASTRO. *A igreja de farda*, p. 207.

como sinal de bom trânsito da denominação e da liderança denominacional junto ao governo.¹³⁵

Entretanto, esse envolvimento em questão não pode ser limitado somente a este culto, pois

A visibilidade também pode ser notada no apoio de Fanini a Figueiredo. Evangelista conhecido, líder hábil e politicamente articulado, Fanini incensou o general Figueiredo ao encher o Maracanã em 28/08/1982 com um culto chamado de “Deus Salve a Família”. Diante de um Maracanã lotado, o governador Chagas Freitas e especialmente o presidente receberam o apoio “faninesco”. Esse tema não foi à toa. Num momento de enfraquecimento da ditadura, lembrar a “saudosa” “Marcha de Apoio à Família” mediante a temática anunciada, representava uma declaração de claro apoio e o desejo de vida longa no poder aos militares.¹³⁶

Em 1983, foi instituído o Dia Nacional de Oração, em um “tempo conturbado de distensão envolto por um clima político que pedia a liberdade e a democracia, ocasionando o movimento das Diretas Já”.

No ABC paulista, pululava a contestação: greves aconteciam entre os metalúrgicos, algo impensável até então. Pois justamente nesse contexto é que a liderança batista escolhe o dia 01/05, o dia do trabalhador, como Dia Nacional de Oração (ou seria da provocação?!). Nesses pequenos movimentos, o apoio à ditadura era confirmado, e a condenação dos contestadores era estabelecida.¹³⁷

Algo importante a ser destacado também é a lealdade do pastor Irland aos militares, pois “ao receber o convite na qualidade de presidente da CBB para estar na recepção do primeiro presidente civil eleito (ainda que de modo indireto), oferecida pelo governo, Irland declina do mesmo e justifica a recusa por conta de uma enfermidade”.

Azevedo fez questão de que fosse registrado o convite e a sua recusa em atender nas atas do Conselho de Planejamento e Coordenação da CBB. Não foi um gesto simples como se parece, uma vez que “ele podia ter recusado, podia ter comunicado o envio de outra pessoa no

¹³⁵ DUSILEK; SILVA; CASTRO. *A igreja de farda*, p. 208.

¹³⁶ DUSILEK; SILVA; CASTRO. *A igreja de farda*, p. 208.

¹³⁷ DUSILEK; SILVA; CASTRO. *A igreja de farda*, p. 208.

seu lugar, ou simplesmente ter desconsiderado o convite”. Entretanto, quando solicita que fosse registrado “na forma como fez num documento oficial dos batistas, ele evidenciou sua coerência e sua fidelidade a um grupo da sociedade (militares)...”.¹³⁸

¹³⁸ DUSILEK; SILVA; CASTRO. *A igreja de farda*, p. 208.

Capítulo III – Dos púlpitos para o mundo: os batistas e o processo de redemocratização

3.1 – A abertura política e os batistas

O processo da abertura política começa com o general Ernesto Geisel. Interessante ressaltarmos que a posse do general, não provocou repercussão relevante entre os batistas, o que é se espantar por ser uma figura de orientação cristã. Digo isso, porque “praticamente não houve comentários a respeito de sua atuação”, o que não significa que “as lideranças batistas tenham alterado a linha editorial de seu principal veículo de comunicação, muito menos promovido um absentismo político”.¹³⁹

Nas eleições de 1974, por exemplo, o *Jornal Batista* lista todos os batistas e demais evangélicos que haviam sido eleitos, se não veja:

No pleito de 15 de novembro 5 batistas foram eleitos para a Câmara Federal: Joel Ferreira e Antunes de Oliveira (MDB), Amazonas; Edgar Martins (MDB) e Gióia Júnior (ARENA), São Paulo, e Daniel Silva 633 (MDB), Guanabara. Para as Assembleias Legislativas foram eleitos 4: Edésio Frias (MDB) e José Miguel (ARENA), Guanabara; Josias D’Ávilla (ARENA), Rio de Janeiro e Luiz Batista (MDB), Espírito Santo.¹⁴⁰

Muitos outros candidatos, batistas ou não, foram eleitos, sobretudo, para prefeituras pequenas espalhadas por esse imenso Brasil que não foram publicados no OJB. Entretanto, os cargos de maior prestígio e vulto social não passavam despercebidos, como foi caso de Henocho da Silva Reis, eleito governador do estado do Amazonas, membro da Primeira Igreja Batista de Manaus.

A trajetória política de Henocho Reis se parece um pouco com a de vários políticos brasileiros. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Amazonas e, logo em seguida, envolveu-se com a política em sua cidade natal. Mais adiante, em junho de 1974, Henocho Reis teve seu nome indicado para o governo do Amazonas pelo então presidente da ARENA, Petrônio Portela, e confirmado pelo presidente Ernesto Geisel. Sua eleição não expressou a vontade dos evangélicos por meio das urnas, uma vez que naquele período cabia às assembleias legislativas eleger o governador de seus respectivos estados. A

¹³⁹ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 220.

¹⁴⁰ PEREIRA, José Reis. Nótulas. *O Jornal Batista*, Ano LXXIV, n.º 52, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1974, p. 3.

eleição de Henocho Reis, portanto, expressou a articulação do governo federal com os parlamentares locais, o que não deixa de demonstrar o seu prestígio político, tanto na esfera federal quanto estadual.¹⁴¹

Interessante ressaltar que, apesar desse contexto que o elegeu, os batistas acabam se aproximando ainda mais da vida política partidária, entendendo ser uma oportunidade de se participar da administração do país de modo mais efetivo. Almeida reforça dizendo que:

Parece-me muito claro que os evangélicos, independentemente da igreja à qual estavam vinculados, pretenderam uma representatividade político-partidária que lhes fosse favorável. Talvez o exemplo mais claro a respeito disto esteja no debate em torno da lei de aprovação do divórcio, quando vários parlamentares, sobretudo evangélicos, foram pressionados a votar contra a aprovação da emenda constitucional.

Vale ressaltar que o casamento para os batistas representa também uma aliança dos nubentes para com Deus, logo é uma instituição sagrada. Por esta razão, o divórcio não seria apenas um feito social, sendo assim, “o projeto de emenda constitucional provocou certa ranhura na relação dos batistas com o governo, mas, principalmente, com os parlamentares evangélicos, sobretudo batistas”.¹⁴²

Houve muito debate sobre a lei do divórcio entre os batistas, Reis Pereira, por exemplo, comentou que “caberá aos deputados evangélicos procederem com toda a vigilância. (...) A votação de uma lei muito ampla permitindo o divórcio deverá trazer problemas graves para a disciplina de nossas igrejas”.¹⁴³

Vários artigos foram publicados durante o ano e praticamente reproduziram a mesma opinião do pastor William de Souza, segundo a qual todas as leis (municipal, estadual e federal) eram humanas e não poderiam contrariar as leis divinas.⁶⁴² Entretanto, a despeito da pressão de vários pastores e leigos batistas, a emenda constitucional foi aprovada, demonstrando, desse modo, a anuência do governo federal para com o projeto, bem como as incongruências – ainda que circunstanciais – entre deputados/senadores evangélicos e igrejas evangélicas.¹⁴⁴

¹⁴¹ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 222.

¹⁴² ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 225.

¹⁴³ PEREIRA, José Reis. Virá o divórcio? *O Jornal Batista*, Ano LXXVII, n.º 22, Rio de Janeiro, 29 de maio de 1977, p. 3.

¹⁴⁴ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 225.

Chegando já ao fim do mandato do general Geisel, “houve um recrudescimento das manifestações pela redemocratização do país”, por meio de “passeatas estudantis, comitês de anistia e jornais alternativos, denunciaram desaparecimentos, assassinatos e torturas provocadas pelo regime. Tentou-se assim chamar a atenção da opinião pública para lutar pela redemocratização do país”.

Sobre essa questão da violência militar e os vários episódios de tortura, Almeida elucida dois casos importantes:

Embora o caso do jornalista Vladimir Herzog – morto em 1975 nas dependências do quartel general do II Exército – e o exílio forçoso de Lysâneas Maciel – evangélico e deputado federal pelo MDB do Rio de Janeiro, cassado em 1976 – tenham demonstrado que o processo de abertura, apesar de “lento” e “gradual” não havia renegado sua face duramente repressora, as lideranças batistas mantiveram seu apoio aos militares, mesmo em temas espinhosos como, por exemplo, a tortura no Brasil.¹⁴⁵

Reis Pereira considerava a tortura algo antigo, até mesmo medieval, e não mais corriqueiro, criado e executado pela Igreja Romana, afirmando, por exemplo, que “os métodos inquisitoriais foram ressuscitados pelos comunistas e pelos nazistas (...). Não é segredo para ninguém que os regimes comunistas adotam a tortura como sistema”.¹⁴⁶

Depreende-se com isso, de modo claro, que Reis Pereira não considerou as torturas feitas pelos militares, pelo contrário, apenas associou a violência aos países comunistas, querendo demonstrar assim uma contradição dos que estavam defendendo o comunismo no Brasil. Neste caso, compravamos outra vez o apoio das lideranças batistas ao governo dos militares, demonizando assim os movimentos sociais que vinham protestando e ganhando lugar ao final dos anos 1970.

3.2 – “Anistia, greves do ABC e diretas já” pelas páginas de OJB

É sabido que a abertura política foi um longo período que redundou no fim do Regime Militar, possibilitando ao Brasil o retorno à democracia, entretanto, podemos inclusive

¹⁴⁵ ALMEIDA. “*Pelo Senhor, marchamos*”, p. 226.

¹⁴⁶ PEREIRA, José Reis. Torturas. *O Jornal Batista*, Ano LXXVII, n.º 48, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1977, p. 3.

compreender pelas páginas de OJB, o comportamento dos batistas nesse contexto a partir dos eventos epigrafados.

Adriano Machado, em seu artigo sobre os batistas no contexto da redemocratização, começa elucidando a relação dos mesmos com a Anistia.

Na segunda metade dos anos 1970, um dos grandes movimentos de oposição ao regime ditatorial girou em torno da questão da Anistia, com a criação de diversos comitês e a realização de passeatas e comícios em várias partes do país que defendiam uma “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” para todos àqueles que tinham sido perseguidos pela ditadura, temática esta que ganhou importante discussão na sociedade brasileira de então.¹⁴⁷

O periódico batista nada noticiou sobre o movimento, foi omissivo e mais uma vez parcial, publicando apenas um artigo intitulado “Anistia”, em agosto de 1979, do pastor Gastão Pache de Faria, onde “o religioso explica o que significa o termo anistia, diz que o Brasil está passando por um processo de anistia de presos e exilados políticos”, todavia, a anistia em questão era a que “Deus oferece aos pecadores”, pois, “essa anistia seria geral, profunda e eterna na sua duração e a única capaz de trazer paz, perdão e de transformar a vida dos anistiados, e que apesar disso, muitos a rejeitavam”.¹⁴⁸

O sentido teológico-espiritual dado ao movimento que estava tomando conta do cenário nacional, simboliza muito a forma como a religião se distanciava dos assuntos que afetavam a vida humana, assuntos estes, que impactavam muitas vidas e diversas famílias que sofreram com a violência ditatorial.

Porém, a trajetória de apoio e de aproximação junto aos governos militares, leva a crer que a omissão dessa temática no OJB, dentro do contexto de um governo marcado pela repressão e pela perseguição política e num momento em que cresciam os movimentos oposicionistas, demonstra ser muito mais uma forma de apoio a esse governo e a exclusão dessa temática uma atitude proposital de não debater as questões que demonstravam o caráter autoritário do regime e suas violações aos diversos direitos.¹⁴⁹

Outro grande evento que, de igual modo, contribuiu para estremecer com as bases da Ditadura foram as graves do ABC Paulista, ocorridas entre os anos 1978 e 1980. “A primeira

¹⁴⁷ MACHADO, Adriano Pereira. XXVII Simpósio Nacional de História. AMPUH Brasil. Os Batistas e a abertura política pelas páginas do “O Jornal Batista”, p. 7.

¹⁴⁸ MACHADO. Os Batistas e a abertura política pelas páginas do “O Jornal Batista”, p. 8.

¹⁴⁹ MACHADO. Os Batistas e a abertura política pelas páginas do “O Jornal Batista”, p. 8.

ocorreu em 1978, mas a que teve maior amplitude, tanto em números, como em repercussão na sociedade, foi a greve dos metalúrgicos de 1980, que durou quase dois meses”, não deixando de destacar o fato que a mesma “foi marcada pela forte repressão aos operários, chegando o governo a intervir nos sindicatos e a prender diversos líderes sindicais”.

Quanto a greve dos metalúrgicos, o periódico batista publicou um artigo intitulado “Braços Cruzados” no dia 11/05/1980, sugestionando como deveria ser o pensamento do povo batista diante do acontecimento em questão, como pode ser comprovado a seguir.

A greve dos metalúrgicos é um desses assuntos que nos desafiam. As reivindicações dos operários contam, naturalmente, com a nossa simpatia. Mas, por outro lado, cremos nas leis existentes. Se estas estão atrasadas, há recursos para melhorá-las e atualizá-las. Mas enquanto elas existem devem ser respeitadas. Doutra maneira cairemos na anarquia. Assim, pois, quanto à greve, se um Tribunal a considerou ilegal, o jeito é retornar ao trabalho e lutar para que a lei, em que o Tribunal se fundamentou, seja modificada. É dessa maneira que funciona a democracia.¹⁵⁰

Aqui, nesse ponto, precisamos destacar uma contradição visceral. A greve dos trabalhadores é tratada como um movimento ilegítimo por Reis Pereira, autor do artigo acima, no entanto, o mesmo autor reconhece o estabelecimento da Ditadura como algo legítimo, ainda que não respeitasse a constituição do país. O argumento da legalidade utilizado para criticar a greve não foi o mesmo usado para tratar o governo ilegítimo dos militares. Com isso, podemos atestar que

(...) o OJB acata as decisões do governo e todo seu aparato repressor como sendo totalmente legítimo e ainda por cima democrático. Para isso, um argumento teológico muito usado pelos membros desse grupo para fundamentar esse pensamento, era a utilização da tradição batista no que se refere ao respeito para com as autoridades constituídas, as quais a partir de uma leitura da Epístola de Paulo aos Romanos, as mesmas seriam instituídas e enviadas pelo próprio Deus.¹⁵¹

Por fim, outro movimento que contribuiu para solapar com as bases da Ditadura seria o chamado “Diretas Já”, entre os anos de 1983 e 1984. O movimento “foi uma forma de repúdio às atitudes tomadas pela ditadura (...) defendendo que a escolha presidencial fosse feita a partir

¹⁵⁰ PEREIRA, José dos Reis. Braços Cruzados. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, Ano LXXX, nº 19, 11 de maio de 1980, p. 3.

¹⁵¹ MACHADO. Os Batistas e a abertura política pelas páginas do “O Jornal Batista”, p. 10.

do voto direto, pois o estabelecido era a eleição por voto indireto através de um Colégio Eleitoral”.

A luta pelas diretas foi marcada por diversas entrevistas, artigos, manifestos, mas principalmente por gigantescas manifestações em várias partes do país, num movimento que reunia diferentes elementos e grupos da sociedade brasileira, tal como políticos de diversos partidos de oposição e até da base do governo, artistas, estudantes, empresários, sindicatos, entidades de classe, dentre muitos outros grupos, inclusive membros de diversas igrejas.¹⁵²

Quanto a esse movimento, o jornal batista publicou dois artigos. O primeiro deles foi publicado em dezembro de 1983, do próprio Reis Pereira, editor do jornal, cujo título foi “Diretas ou Indiretas”; já o segundo artigo foi publicado em maio de 1984, de J.J. Soares Filho, intitulado “Diretas Já”.

Em linhas gerais, os dois artigos registram a adesão da maioria do povo brasileiro pelas eleições diretas, uma vez que a nação poderia participar efetivamente da construção de um possível futuro melhor, pelo menos, mais democrático.

Primeiramente, os dois autores pontuam em diversas partes do texto um caráter anti-comunista ou anti-esquerdista, retomando a tradição anti-comunista que tinha sido fortalecida na denominação com o golpe de 1964. O artigo de Soares Filho destaca a presença no movimento de “políticos extremados” ou vinculados ao Partido Comunista do Brasil e ao Partido Comunista Brasileiro, os quais segundo ele defenderiam a instalação de liberdades democráticas, mas quando estes conquistassem o poder acabariam instalando uma ditadura. Da mesma forma, o editorial de Pereira ironiza a atuação de algumas pessoas de esquerda nessas manifestações, os quais bradavam por eleições diretas no Brasil, mas ao mesmo tempo eram apologistas do regime cubano de Fidel Castro, onde há mais de 20 anos não ocorria nenhum tipo de eleição.¹⁵³

Um dado importante a se pontuar a essa altura é que associar o movimento das diretas somente a grupos de esquerda seria desconhecer as reivindicações, uma vez que agregava diversas pessoas com posicionamentos distintos entre si. Não estamos discutindo um movimento da esquerda a essa altura, mas uma demanda da sociedade de um modo cada vez mais crescente.

¹⁵² MACHADO. Os Batistas e a abertura política pelas páginas do “O Jornal Batista”, p. 11.

¹⁵³ MACHADO. Os Batistas e a abertura política pelas páginas do “O Jornal Batista”, p. 12.

Dito isso, os autores também opinam como se daria as eleições diretas e indiretas no Brasil, e se isso poderia servir para a solução dos problemas do país.

Os dois artigos enfatizam a questão de que ao longo do período republicano, o Brasil passou tanto por eleições diretas, como por indiretas. Eles também ressaltam que as eleições diretas muitas vezes teriam causado decepções; e Soares Filho destaca que muitos governos eleitos por votação direta antes de 1964, com políticos de diferentes partidos, trouxeram como resultado uma grande insatisfação ao povo, levando o país a uma inflação sem controle e ‘[...] o custo de vida tornou-se sufocante, a anarquia estava atingindo índices alarmantes, quase que houve uma verdadeira revolução fratricida’.¹⁵⁴

Depreende-se, portanto, que os dois pastores concordam que a mudança não viria alterando o método para se eleger o governante, todavia, através de propostas bem idiossincráticas. Pereira afirma que a mudança acontecerá quando entendermos que:

(...) precisamos é de um homem que realmente ame o Brasil, que esteja a par dos nossos problemas, que tenha a coragem de enfrentá-los e resolvê-los, que não tenha medo de se tornar impopular, que não tenha receio de poderosos e exploradores, que tenha inteligência para escolher auxiliares e assessores e que, mesmo sem ser um técnico em todas as esferas de atividade do Executivo, tenha percepção nítida de tudo de modo que nos momentos decisivos possa ter a última palavra e que essa palavra seja a palavra firme e acertada.¹⁵⁵

Soares Filho, já reforça algo bastante curioso, defendendo que para transformar o país era preciso alguém que buscasse a Deus sobre todas as coisas, através de Cristo, a fim de que todas as coisas pudessem melhorar. O pastor termina seu artigo dizendo o seguinte:

Esse mesmo povo que quer diretas já ou os favoráveis às diretas como solução, é o mesmo povo que produz o maior carnaval do mundo com as suas misérias,

¹⁵⁴ MACHADO. Os Batistas e a abertura política pelas páginas do “O Jornal Batista”, p. 13.

¹⁵⁵ PEREIRA, José Reis. Diretas ou indiretas. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, ano LXXXIII, nº 51, 18 de dezembro de 1983, p. 3.

é o que aos milhões joga na loteria esportiva cada semana, é o que se prostra diante de um ídolo feito pelas mãos dos homens e diz que é a Padroeira do Brasil, e é o povo dos terreiros de macumba. Portanto, como esperar solução através de eleições diretas ou indiretas, numa situação dessas? Terminando, reitero a mesma verdade dita várias vezes: Cristo no coração do homem foi, é e sempre será a solução!¹⁵⁶

Além de desconsiderar toda luta da população e movimentos de um modo geral por condições sociais melhores, o pastor, como de costume, associa dificuldades econômica com atitudes morais, mas, não termina por aí. Fica inclusive nítido certo racismo religioso, quando associa práticas das religiões de matriz africanas como algo que pudesse impedir a mudança social, o progresso econômico e a prosperidade do povo.

O que de fato ocorre a essa altura é um estreitamento cada vez mais intenso dos batistas com os militares neste contexto do governo do general Figueiredo, desde uma “apresentação sorridente na Capa do OJB do ‘novo presidente’ e das costumeiras orações e cultos pela Semana da Pátria”, passando pelo evento onde “Figueiredo e diversas autoridades civis-militares participaram de um culto batista em Brasília, em agradecimento à lei que igualava em termos previdenciários os ministros religiosos aos trabalhadores autônomos”, até ser consagrado como “segundo o OJB, o primeiro presidente brasileiro a participar de um culto num templo batista”.¹⁵⁷

¹⁵⁶ SOARES FILHO, J. J. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, Ano LXXXIV, nº 21, 20 de maio de 1984. p. 3.

¹⁵⁷ MACHADO. Os Batistas e a abertura política pelas páginas do “O Jornal Batista”, p. 14.

Considerações finais

Percebemos que entre os anos de 1964 e 1985, o grupo conservador entre os batistas se esquivou das temáticas sociais que assolavam o país, se enveredando cada vez mais a um absenteísmo político, esquivando a igreja de compreender o quanto era importante contribuir com os movimentos que lutavam contra a fome, a miséria, a violência, dentre outras urgências. Em contrapartida, o grupo progressista no contexto denominacional se aliava com as propostas de João Goulart em 1963, sendo defensores de um evangelho que estivesse aliado com as demandas sociais da população, o chamado evangelho social.

Com a concretização efetiva do Golpe Militar em 1964, o grupo progressista teve sua voz sufocada, pois o que pudemos comprovar foi o aliamento cada vez mais estreito da CBB com os militares. David Malta e Hélio Lessa que eram os que mais se posicionam criticamente, foram sendo cada vez mais silenciados, não contando mais com a possibilidade de se expressarem, por exemplo, pelas páginas do OJB.

Toda voz destoante do projeto ilegítimo dos militares foi perdendo espaço, pois a voz oficial da CBB era a consoante aos militares, isto é, a voz do grupo conservador, composto por líderes e os membros das congregações batistas espalhadas por todo Brasil. E, para esse grupo, o país vivia num clima democrático, pois agora estaria longe da ameaça comunista.

Durante os 21 anos de Ditadura Civil-Militar, não houve qualquer crítica ao poder executivo por parte da liderança batista ou da CBB, no tocante ao ilegítimo governo dos militares, porém, se regozijava que vivíamos num país com ordem e liberdade. Na verdade, o que estavam sempre sinalizando é que o país estava livre da esquerda e do comunismo.

A grande figura para reverberação dos ideais ditatoriais entre os batistas no Brasil inteiro foi José dos Reis Pereira como redator-chefe do jornal durante as duas décadas da Ditadura. Através de sua liderança, pudemos atestar que nenhuma crítica fora feita a Ditadura nas páginas do jornal batista, o que contribuiu para o fortalecimento de uma mentalidade fundamentalista e conservadora entre os batistas. Outro dado importante, foi a inexistência de apoio aos movimentos em prol da democracia que surgiram ao longo dos anos 1980.

Referências Bibliográficas:

Documentação escrita:

ANAIS DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA DOS ANOS DE 1980 e 1981. Arquivos do Conselho de Coordenação e Planejamento da Convenção Batista Brasileira. Rio de Janeiro, 2013

ATAS DA JUNTA EXECUTIVA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA DE 1978-1984. Arquivos do Conselho de Coordenação e Planejamento da Convenção Batista Brasileira.

ATAS DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DA CBB DE 1985-1990. Arquivos do Conselho de Coordenação e Planejamento da Convenção Batista Brasileira.

ATAS DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, ANOS DE 1964-1974 e 1980-1990. Arquivos do Conselho de Coordenação e Planejamento da Convenção Batista Brasileira.

EXPOSITOR CRISTÃO [da] Igreja Metodista. Rio de Janeiro, 1963-1985. Quinzenal.

MENSAGEIRO DA PAZ [da] Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil. Rio de Janeiro, 1963-1985. Quinzenal.

O ESTANDARTE [da] Igreja Presbiteriana Independente. São Paulo, 1963-1985. Quinzenal

O JORNAL BATISTA [da] Convenção Batista Brasileira. Rio de Janeiro, 1963-1985. Semanal.

Links:

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, p. 1-215, 2015. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em 9 nov. 2020.

Memória Protestante na ditadura. Documentário. KOINONIA: Presença Ecumênica e Serviço e Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ycWCn7qAOo4>. Acesso em: 12 nov. 2020

Obras gerais:

ALMEIDA, Adroaldo José da Silva. “*Pelo senhor, marchamos*”: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

ALMEIDA, Luciene Silva de. “*O Comunismo é o ópio do povo*”: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, 2011.

ALMEIDA, Luciene Silva de. Batistas e Ditadura Militar na Bahia. *Interações – Cultura e Comunidade*, Belo Horizonte, Brasil, v. 9, n. 15, p. 81-97, jan./jun. 2014.

ALMEIDA, Luciene Silva de. “Missionários do inferno”: representações anticomunistas dos batistas no Brasil. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Minas, Minas Gerais, 2016.

ALMEIDA, Vasni de. A igreja metodista do Brasil. In: SILVA, Elizete; SANTOS, Lyndon de Araújo; ALMEIDA, Vasni de (Orgs.). “*Fiel é a palavra*”: leituras históricas dos evangélicos protestantes. Feira de Santana: UEFS, 2011.

ALMEIDA, Vasni de. Os metodistas e o golpe militar de 1964. *Estudos de Religião*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, v. 23, n.º 37, jul./dez. 2009.

ALMEIDA, Vasni de. *A educação, a ordem e a civilidade: práticas educativas do metodismo em Ribeirão Preto, Birigui e Lins (1899-1959)*. Tese (Doutorado em História) – Unesp, Assis, 2003.

ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras*. Vinte anos de história da Igreja Presbiteriana do Brasil: 1954-1974. 2. ed. Rio de Janeiro: ISER, 1982.

AUERBACH, Erich. *Figura*. Tradução Duda Machado. São Paulo: Ática, 1997.

AUERBACH, Erich. *Mimesis: a Representação da Realidade na Literatura Ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

- BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BARROS, José D'Assunção. *O projeto de Pesquisa em História*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre. (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.
- BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 1998.
- BOHM, Simone R. *Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral*. Campinas: Revista Opinião Pública, Vol. X, n.02, Outubro de 2004.
- BORRAT, Héctor. El periódico, actor político. *Analisis 12*, Barcelona, 1989. p. 67-80
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CAMPOS, Leonildo S. Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro: atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (1964-1985). *HORIZONTE: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião* (Online), Belo Horizonte, v. 23, n. 1, 2002. p. 95-156.
- CASTRO, Alexandre de Carvalho; DUSILEK, Sérgio Ricardo Gonçalves; SILVA, Clemir Fernandes. Identidade Social, Mídia Televisiva e Construção Histórico-Cultural da Memória Coletiva: o caso de um movimento sócio-religioso no Brasil. *RELIGIÃO & SOCIEDADE*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, 2016. p. 74-102.
- CARDOSO, Rodrigo. Os evangélicos e a ditadura militar. 10 de junho de 2011. *Revista Isto É*. Disponível em: <https://istoe.com.br/141566_OS+EVANGELICOS+E+A+DITADURA+MILITAR> Acesso em: 21 out. 2020.
- CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.
- COUTROT, Aline. Religião e política. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 331-363.

DELGADO, Lucélia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucélia de Almeida Neves (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DIAS, Zwinglio M. (Org.) *Memórias Ecumênicas Protestantes – Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência*. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LANDERS, John. *Teologia dos Princípios Batistas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1994.

MACHADO, Adriano Henriques. *As igrejas evangélicas e a ditadura civil-militar no Brasil: a construção das memórias protestantes na Comissão Nacional da Verdade*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução do protestantismo no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MOCIDADE BATISTA – Revista de Atualidades/Programas de Treinamento. Rio de Janeiro: JUMOC, 1º Trimestre de 1972. p. 36-37.

NUNES, Adão Pereira. *Conversa de Plantão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 13 ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2020.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento*. 4 ed. Campinas, SP: Fontes, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REZENDE, Maria José de. *A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

SCHMIDT, Daniel Augusto. *Protestantismo e Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Reflexão, 2014.

SEAWRIGHT, Leandro Alonso. *Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar Brasileiro*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SÊGA, Rafael. *História e Política*. HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES, n. 37, 2002. p. 183-195.

SILVA, Danielle de Souza. *As igrejas evangélicas e a ditadura civil-militar no Brasil: a construção das memórias protestantes na Comissão Nacional da Verdade*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2017.

SILVA, Elizete da. *Protestantes e o governo militar: convergências e divergências*. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). *Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 31-51.

SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira*. Evangélicos progressistas em Feira de Santana. Feira de Santana, BA: UEFS Editora, 2010.

SMITH, Wilfred Cantwell. *O sentido e o fim da religião*. São Leopoldo: EST, Sinodal, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Do Estado Novo à Ditadura Militar: memórias de um soldado*. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOUZA, Silas Luiz de. *Protestantismo e Ditadura: os presbiterianos e o Governo Militar no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia, filologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.